



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

Karolina Paulino Calhelha

**Um resgate da história do GESP: construindo saberes através do legado de
Michel Foucault**

Marília
2024

Karolina Paulino Calhelha

**Um resgate da história do GESP: construindo saberes através do legado de
Michel Foucault**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao
Conselho de Curso de Ciências Sociais, da Faculdade
de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual
Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção
do título de Bacharel em Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza

Marília
2024

C152r Calhelha, Karolina Paulino

Um resgate da história do GESP: : construindo saberes através do legado de Michel Foucault / Karolina Paulino Calhelha. -- Marília, 2024

57 p. : fotos

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Luís Antônio Francisco de Souza

1. A "pré-história" do GESP. 2. A história do GESP. 3. Da segurança pública ao Foucault. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Karolina Paulino Calhelha

**Um resgate da história do GESP: construindo saberes através do legado de
Michel Foucault**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luis Antonio Francisco de Souza
UNESP – Câmpus de Marília
Orientador

Prof. Dr. Silvio de Azevedo Soares
UNESP – Câmpus de Marília

Profa. Dra. Maria Valéria Barbosa
UNESP – Câmpus de Marília

Marília, 10 de julho de 2024.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Luís Antônio Francisco de Souza, pelo suporte inestimável de uma brilhante orientação.

Ao Silvio de Azevedo Soares, pela organização e dedicação com o GESP, e, inevitavelmente, com o desenvolvimento deste trabalho.

Aos amigos e às amigas que gentilmente disponibilizaram seus depoimentos para manter a memória do grupo.

Aos meus avós, por terem permitido com que eu trilhasse meu caminho na graduação em Ciências Sociais em uma outra cidade, sempre demonstrando apoio em minhas escolhas.

Ao meu irmão, por ter sido um parceiro pessoal e intelectual, capaz de amenizar qualquer situação sem ser preciso dizer uma palavra sequer.

À minha família como um todo, por sempre oferecer, com muito carinho, um lugar para voltar para casa.

À minha amiga de 20 anos de jornada, Giovanna, e à sua mãe, Simone, que formaram uma segunda família para mim, e um lugar de porto-seguro.

Ao meu companheiro de vida, Breno, por estar presente em todos os momentos, bons ou ruins, estendendo a mão e me ajudando a levantar e continuar caminhando.

Aos meus colegas e às minhas colegas de curso, que, no curso da vida, se tornaram grandes amigos e amigas, Duda, Rubens, Malu e Carlos.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo registrar uma possível história do Grupo de Estudos em Saberes, Subjetividades e Poderes (GESP), criado e desenvolvido na Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília, e a relevância das obras de Michel Foucault em suas discussões. Em uma trajetória de quase 19 anos (2005-2024), o GESP sofreu modificações em sua estrutura, na composição de seus participantes e até mesmo em suas discussões, o que revela uma trajetória rica de componentes a serem considerados que culminam na existência do GESP como um grupo de estudos e um projeto de extensão em seu formato atual. A partir de métodos qualitativos de pesquisa, que incluem a análise e a revisão bibliográficas de artigos e documentos associados à história do GESP e às instituições que o envolvem, bem como das obras de Michel Foucault que perpassaram e integraram os debates realizados no grupo, torna-se possível reunir elementos da sua história e narrar sua trajetória até hoje. Além disso, com depoimentos realizados pelos/as integrantes que compuseram – e ainda compõem – a sua história, de diferentes localidades e instituições, há um enriquecimento do legado deixado pelo GESP, a fim de evidenciar a importância do grupo para a Universidade e para a produção de ciência no Brasil.

Palavras-chave: Grupo de Estudos Saberes, Subjetividades e Poderes; Michel Foucault; Projeto de extensão; Universidade Estadual Paulista de Marília; Faculdade de Filosofia e Ciências.

ABSTRACT

The present work aims to record a possible history of the “Grupo de Estudos em Saberes, Subjetividades e Poderes (GESP)”, created and developed at the Universidade Estadual Paulista – Campus of Marília, and the relevance of Michel Foucault’s works in its discussions. In a trajectory of nearly 19 years (2005-2024), GESP has undergone modifications in its structure, in the composition of its participants and even in its discussions, which reveals a rich trajectory of components to be considered, culminating in the existence of GESP as a study group and an extension project in its current format. Using qualitative research methods, including bibliographic analysis and reviews of articles and documents associated to the history of GESP and the institutions involved, as well as Michel Foucault’s works that permeated and integrated the debates held in the group, it becomes possible to reunite elements of its history and to narrate its trajectory up to today. Additionally, with testimonies from the members that composed – and still compose – its history, from different localities and institutions, there is an enrichment of the legacy left by GESP, with the purpose of highlighting the importance of the group to the University and to science production in Brazil.

Keywords: Study Group Saberes, Subjetividades e Poderes; Michel Foucault; São Paulo State University; Extension Project; Faculty of Philosophy and Sciences.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Prédio da FAFI, atual campus II da Unesp de Marília	17
Figura 2 – Prédio da Faculdade em 1988	19
Figura 3 – Entrada do campus da Unesp de Marília	19
Figura 4 – Atual biblioteca do campus com painel de Eduardo Kobra	20
Figura 5 – Grupo que compunha o GESP em 2015	30
Figura 6 – Formação do GESP em 2018	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CESESP	Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CO/USP	Conselho Universitário da Universidade de São Paulo
DCPE	Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
DSA	Departamento de Sociologia e Antropologia
FAFI	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo
FERES	Grupo de Estudos Feminismos: Práticas e Resistências
FFC	Faculdade de Filosofia e Ciências
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FUNDUNESP	Fundação para o Desenvolvimento da Unesp
GESP	Grupo de Estudos Saberes, Subjetividades e Poderes
IIES	Institutos Isolados do Ensino Superior
INCT	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
MAI/DAI	Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico para Inovação
OSP	Observatório de Segurança Pública da UNESP
PRONEX	Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência
RHAE	Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A “PRÉ-HISTÓRIA” DO GESP	13
2.1	O berço do GESP: a criação da Unesp – Campus de Marília	13
2.1.1	A criação da Faculdade de Filosofias e Ciências	16
2.1.2	O curso de Ciências Sociais e o início da oportunidade de criação do GESP	20
3	TECENDO UMA NARRATIVA: A HISTÓRIA DO GESP	22
3.1	CNPQ e o vínculo com o GESP	22
3.2	A história do GESP contada através de depoimentos	24
3.3	O GESP narrado através de registros	30
4	DA SEGURANÇA PÚBLICA AO FOUCAULT	32
4.1	Saberes, subjetividades e poderes	33
4.2	A metodologia de Foucault e a importância para o GESP	39
4.3	O GESP em 2024	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

A escolha de um tema de pesquisa é valorativa, na medida em que se trata de uma escolha pessoal e, portanto, requer envolvimento, engajamento, afinidade e compromisso do/a pesquisador/a. Deve haver uma identidade entre o/a sujeito/a de pesquisa e o/a sujeito/a pesquisador/a. Neste caso, a escolha de narrar a história do GESP vem, primeiramente, a partir da preocupação que me cabe, como pesquisadora, em registrar a memória, a trajetória e a importância de um grupo de estudos que existe há 19 anos (2005-2024), vinculado ao CNPq e à Unesp – Campus de Marília. O GESP abrigou estudantes de diversas gerações e de diferentes instituições ao longo de sua existência, permitiu um espaço aberto para discussões e para novos aprendizados, nem sempre oferecidas/os em disciplinas obrigatórias dos cursos realizados pelos/as seus/suas integrantes. Para além disso, é uma organização que se mantém ativa através do esforço de pessoas que, voluntariamente, se dispõem a continuar escrevendo a sua história.

Em segundo lugar, o GESP é um dos espaços acadêmicos que se propõe a estudar e a debater a obra e o legado de Michel Foucault, sendo parte de uma instituição que quase não oferece essas leituras em suas diferentes grades curriculares ao longo da formação no curso de Ciências Sociais. É um espaço que revela sua importância, pois permite que muitos/as de seus/suas integrantes se encontrem academicamente a partir de bases teóricas foucaultianas, abrindo um leque de assuntos e de temas a serem abordados em suas discussões. O GESP, nesse sentido, relembra a importância de estudar as obras de Foucault, que, muito mais do que um autor acadêmico, é um revolucionário das estruturas filosóficas e se preocupa em trazer à tona reflexões que foram marginalizadas, ou nem mesmo consideradas, através de

(...) toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos (Foucault, 2005, p. 12).

Com seu método de estudo e de análise, utilizando ferramentas inovadoras, Foucault abrange uma vasta obra e aborda diversos temas importantes para trajetórias acadêmicas, profissionais, e, inclusive, pessoais.

Em terceiro lugar, também escolho este tema de pesquisa movida pelo afeto. Como participante regular do grupo há dois anos, me encontro construindo coletivamente a história do GESP. De início, o receio em abordar os conceitos elaborados por Foucault e a dificuldade de participar das discussões por medo de não estar no caminho certo; depois, uma participação

mais assertiva, em grande parte devido ao acolhimento oferecido pelo restante do grupo, por aqueles/as que estavam presentes há mais tempo e que vieram construindo essa história antes de mim. Agora, não só me sinto parte de um grupo de pessoas que estuda as obras de Foucault, mas parte de uma história, parte de uma rede de afetos. Academicamente, podemos contar uns com os outros, visto que as reuniões também permitem as leituras das obras autorais – seminários de pesquisa, artigos acadêmicos, trechos de monografias, teses ou dissertações – dos/as próprios/as integrantes do grupo. Desta forma, podemos contribuir coletivamente a partir de críticas, elogios, comentários, complementos e indagações, o que permite com que nos aproximemos ainda mais dos temas de pesquisa escolhidos pelos/as outros/as participantes, e que agreguemos conteúdos novos, ou seja, abre-se a possibilidade de uma construção coletiva do texto.

Seja como pesquisadora, como estudante ou como integrante do grupo, reconheço que o GESP é um espaço de enormes contribuições – acadêmicas, pessoais e profissionais –, e não poderia deixar de ter a sua história registrada de alguma forma. As pessoas que compõem o grupo também fazem parte da construção desta pesquisa, visto que para a escolha da narrativa da trajetória do GESP, os depoimentos foram recolhidos (alguns realizados por vídeo chamada, outros por escrito) de forma com que os saberes desses indivíduos pudessem contribuir para uma montagem cronológica investida de personalidade e de pessoalidade.

No entanto, assim como Foucault sempre admitiu que seus trabalhos poderiam ser considerados ficções, é necessário ressaltar que este trabalho retrata uma possível história do GESP, uma possível construção da realidade, a partir de elementos que foram selecionados e utilizados nesta pesquisa. Isso não significa que esteja fora da verdade, mas trata-se de uma

(...) possibilidade de fazer trabalhar a ficção na verdade, de induzir efeitos de verdade como um discurso de ficção, e provocar, de algum modo, que o discurso de verdade suscite, fabrique alguma coisa que ainda não existe, que, então, “ficcione” (Foucault, 1977, p. 43).

Aqueles/as que se dispuseram a ceder um pouco do tempo e da dedicação para ajudar a construir esta história são participantes ativos/as no grupo, seja desde o início ou não, de forma que puderam representar a importância do GESP em suas trajetórias acadêmicas e profissionais. São figuras importantes para a história do grupo, pois contribuíram com as leituras e com as discussões e construíram pesquisas com temas interessantes, inovadores, que faziam parte dos conteúdos das reuniões e que permitiram, passo a passo, continuar construindo a trajetória do GESP.

O fundador e coordenador do grupo, o professor Luís Antônio Francisco de Souza, também disponibilizou arquivos escritos, imagens e anotações que pudessem enriquecer e

ilustrar melhor os passos dados ao longo desta história. Nestes documentos, podemos identificar participantes de diferentes épocas – algumas mais cheias, outras mais vazias –, leituras que foram realizadas, percalços e dádivas presentes na história do grupo, entre outros detalhes que puderam ilustrar melhor o passado – e o presente – do GESP.

A importância de Michel Foucault está presente em todos os levantamentos, desde os depoimentos dados pelos/as integrantes, que insistiram na relevância de Foucault para suas trajetórias acadêmicas e para o encontro de si na instituição através de bases teórico-metodológicas foucaultianas, até os registros das discussões realizadas no GESP em alguns períodos, todos perpassando as obras do autor. O GESP é um grupo que simboliza essa importância de Foucault, capaz de mobilizar estudantes de diferentes instituições e localidades que buscam manter vivo seu interesse em Foucault e manter atualizadas as discussões sobre essas obras que, diga-se de passagem, sempre são capazes de oferecer conhecimentos novos e importantes para a reflexão cotidiana e contemporânea a respeito das condições em que vivemos.

Sendo assim, atualmente, o GESP, como um grupo de estudos de saberes, subjetividades e poderes, não poderia ser mais bem representado do que a partir do rosto de Foucault. O GESP é Foucault e Foucault vive no GESP.

2 A “PRÉ-HISTÓRIA” DO GESP

O Grupo de Estudos Saberes, Subjetividades e Poderes (GESP) se constitui como um grupo de estudos e como um projeto de extensão do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), no campus de Marília. Como Universidade, um dos principais objetivos da UNESP é incentivar o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa científica através de três principais modalidades: o ensino, a pesquisa e a extensão.

É possível dizer que o GESP contribui de forma valorativa nesse objetivo, visto que as leituras selecionadas para as reuniões e, provenientes delas, os debates realizados entre seus membros visam servir de base e de aprimoramento para as pesquisas científicas realizadas por seus/suas integrantes, sendo estes/as provenientes de diversas instituições para além da UNESP e da cidade de Marília.

Para compreender a criação do GESP e a sua configuração atual, bem como a sua importância no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão, é preciso abordar não somente o seu início, mas o nascimento da instituição na qual ele se encontra – a UNESP –, mais especificamente a Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) de Marília, e o curso de Ciências Sociais.

2.1 O berço do GESP: a criação da Unesp – Campus de Marília

A fundação da UNESP ocorre no ano de 1976 como um resultado da agregação dos Institutos Isolados do Ensino Superior (IIES) no interior do Estado de São Paulo. Esse quadro só se torna possível após a interiorização do ensino superior, processo que ocorreu no final dos anos 1950 e no início dos anos 1960.

Os IIES eram as escolas públicas de ensino superior que, no início, não pertenciam a nenhuma universidade. Eles surgem como uma possibilidade de integração à Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934 e, até então, a única instituição que ofertava o ensino superior público no país.

No processo de criação da USP, o país estava em meio a uma reforma do ensino superior, cuja primeira parte era relativa à organização das universidades. A reforma propunha que a universidade possuísse um caráter universitário que ultrapassasse os limites do interesse exclusivamente profissional e pudesse abranger, também, os valores culturais do país. Ao lado dessa função, estaria uma outra mais objetiva e imediata: a formação e o recrutamento de professores do ensino secundário e do ensino superior.

Enquanto, por um lado, havia uma perspectiva social ativa, no sentido de agir pragmaticamente para reformar esse aspecto da sociedade, por outro, eram explícitos os objetivos de transformar o ensino em um instrumento político de coesão a partir de uma elite orientadora, sendo essa a função designada para a universidade dentro do aparelho de ensino. Nesse momento, é possível entender a criação da USP como resultado de elementos propostos pela classe dirigente paulista, na qual o objetivo explícito e consciente de seu projeto era justamente “a função superior e inalienável da formação e do preparo das classes dirigentes” (Azevedo, 1957, p. 191).

Nessa mesma linha de pensamento, os IIES começam a ser implementados no Estado de São Paulo com o objetivo de uma política desenvolvimentista e a necessidade de formação de docentes para o ensino secundário no país. Essa expansão do ensino superior era pensada desde os anos 1940, principalmente em cidades mais urbanizadas, com desenvolvimento industrial. Assim, os IIES teriam sido concebidos, instalados e impulsionados em cidades de maior desenvolvimento econômico. Em um quadro onde elas eram inicialmente bem-sucedidas com o desenvolvimento cafeeiro e a construção das linhas férreas, e, posteriormente, com o surgimento de novas atividades agrícolas favorecidas pelas rotas ferroviárias e rotas rodoviárias, o que facilitou o processo de urbanização. Em meio à diversificação econômica, à industrialização e às novas atividades, as cidades do interior paulista buscavam alcançar “maior grau de modernização”, que seria conseguido através de uma rede de ensino superior, a fim de formar profissionais especializados/as e professores/as secundários/as dentro dos padrões da “alta cultura” e representar o “progresso” da nação.

A instalação dos IIES no interior do Estado de São Paulo teve sua primeira iniciativa por meio da USP, com algumas condições, como manter-se sob a responsabilidade dela, incorporar pelo Estado estabelecimentos particulares existentes, transformando-os em IIES, bem como a criação de IIES diretamente pelos governos estaduais. Enquanto Jânio Quadros exercia seu cargo de governador de São Paulo (1955-1959), foram realizados incentivos à criação das escolas superiores, onde os municípios que possuísem maior número de escolas secundárias poderiam ser mais facilmente atribuídos à chance de conseguir uma Faculdade em suas localidades.

Apesar de fazer parte da iniciativa de criação dos IIES, a USP não se colocou favorável a essa inauguração, visto que ela era considerada a única instituição responsável pela formação de uma pequena elite visando a responsabilidade sobre o desenvolvimento do país. Um registro dessa discordância pode ser visto no relatório escrito pelo Prof. Querino Ribeiro:

A história das solicitações da cidade de Marília para obter um instituto de ensino superior vem de muito longe. O Processo número 4557/52 apesar de avolumado pela pertinácia edificante dos marilienses, encerra, todavia, uma quase dezena de pareceres de professores isolados ou em comissão, da Faculdade de Filosofia ou de outros institutos da Universidade e do próprio Conselho Universitário, todos, invariavelmente, contrários à pretensão, com ponderáveis fundamentações que vão desde os fatos concretos e elementares das dificuldades materiais, até a idéia superior da necessidade preliminar de um planejamento geral para a distribuição dos institutos de ensino superior (isolados ou participantes da Universidade) pelos grandes centros do interior do nosso Estado (Anais, 1969, p. 10).

Tais acontecimentos aumentavam a dualidade entre as duas instâncias – USP e Institutos Isolados –, afinal, a USP era, até então, a instituição que representava não só a Inteligência do Estado, mas do país, com total responsabilidade sobre a promoção da educação superior no estado, e porque afirmavam que a instauração desses novos institutos nada mais eram do que estratégias políticas voltadas para o prestígio e para o apoio aos políticos das localidades interioranas, o que desviava o interesse primeiro pelo ensino superior estadual.

Como forma de resistência às críticas realizadas pela intelectualidade paulista do Conselho Universitário da USP (CO/USP), Tanuri (2001) escreve um artigo retomando tais críticas, especialmente aquelas feitas à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, afirmando que, para além da intenção política, a criação dos institutos foi de grande contribuição para a transformação social e educacional realizada nas localidades do interior, que advinham das atividades de ensino e de pesquisa realizadas na faculdade. Ela afirma que, por mais que tenham sido incentivados “mais por razões políticas do que propriamente educacionais (...) de início restritos a segmentos minoritários da sociedade, passaram a ser objeto de procura de camadas cada vez maiores e mais diversificadas da população (...)” onde os professores nunca se desligaram da ideia de “(...) ser de alto nível e em linha renovadora” (Tanuri, 2001, p. 219).

Esses IIES, que vieram a compor a UNESP posteriormente, eram grupos expressivos, ocupavam amplo espaço, divididos em sete unidades universitárias e constituídos pelas Faculdades de Filosofia. Sua composição consistia nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, Araraquara, Franca, Marília, Rio Claro e São José do Rio Preto. Mais tarde, alguns institutos foram desenvolvidos com o objetivo principal de formação profissional, quando são criadas a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, a Faculdade de Odontologia de Araçatuba e a de São José dos Campos, a Faculdade de Ciências Agrárias Veterinárias de Jaboticabal, a de Engenharia, de Guaratinguetá e a de Medicina, de Botucatu. Todas essas instituições eram perpassadas pela forte identidade entre a pesquisa e à docência,

e assentadas nas três modalidades que constituem a UNESP até os dias de hoje: ensino, pesquisa e extensão, buscando uma formação e uma qualificação precisas.

A Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP) nasce em 1969, na Secretaria de Educação, para administrar os institutos isolados, além da administração já realizada pela Secretaria anteriormente, desde o nível primário ao superior. Devido à alta demanda, e à necessidade por parte dos Institutos de adotarem uma identidade própria e uma política única, surgem discussões na CESESP para propor uma nova solução, momento em que é aprovada a proposta de reunir esses institutos sob a égide de uma Universidade, porque “como Universidade, as escolas isoladas passariam a ter uma maior expressão junto aos órgãos da FAPESP, CNPQ, CAPES, Ministério e Conselho Federal” (Castilho, 2009, p. 159). Sendo assim, a opção pela Universidade foi tomada em função dessa realidade, e tal feito ocorre em 1976, com o governador Paulo Egydio Martins e autarquia submetida ao governo do Estado de São Paulo. É promulgada a Lei nº 952 em 30 de janeiro de 1976, que dispõe da criação da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”.

De fato, a criação da UNESP se dá em um momento histórico, social e político complexo, desde o regime político que se instaura no Brasil após o golpe militar de 1964 – visto que mesmo antes da consolidação da UNESP, as escolas secundárias e de ensino superior eram alvos de repressões, o que afeta o ensino público como um geral no país – até a dificuldade de inserção dos diferentes campus em suas diferentes localidades regionais – e a necessidade de realocações de docentes e de recursos materiais provenientes disso.

Juntamente à reabertura política do país e a estatutos mais democráticos, a UNESP e sua geografia diversa continuaram na busca pelo objetivo de aprimorar a pesquisa científica no Brasil, e representam um número crescente de produção científica e tecnológica com alta influência social, cultural e política.

2.1.1 A criação da Faculdade de Filosofia e Ciências

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI) de Marília foi criada em meio ao contexto da interiorização do ensino superior e da política do governo que buscava aumentar o número de vagas para o ensino superior no Estado de São Paulo e a formação de professores para o ensino secundário. Ela é criada pela promulgação da Lei nº 3.781, de 1957, quando se inicia uma nova etapa para o campo cultural. Sua existência efetiva, no entanto, só ocorreu dois anos depois, em 1959. Na Figura 1, é possível ver o prédio da FAFI, que foi ressignificado como o atual campus II da Unesp de Marília.

Figura 1 - Prédio da FAFI, atual campus II da Unesp de Marília



Fonte: Página da Unesp de Marília¹

A FAFI de Marília fez parte de uma irreversível revolução pedagógica que se inaugurava como uma conquista da cidade de Marília e da consolidação do ensino superior no interior do estado, apesar das adversidades críticas providas da intelectualidade da USP.

Os movimentos da história local da cidade de Marília revelam que havia uma tradição de centro de cultura, fator que motivou as atenções da imprensa local e dos políticos a fim de instaurar uma faculdade oficial. A FFCL resulta, inclusive, de propostas dos/as marilienses, especialmente políticos que atendiam aos interesses das classes médias de Marília. Sem a política na colaboração de sua criação e consolidação, não seria possível comprar e concluir o prédio para o início do funcionamento da faculdade.

O primeiro diretor do IIES de Marília foi o Prof. Dr. José Querino Ribeiro, selecionado pelo governador do Estado. Alguns dos requisitos propostos para a organização da faculdade eram voltados à dedicação com os compromissos e com o estudo, servir à coletividade, encaminhar bons estudantes para as suas aptidões, um corpo docente selecionado a partir de exigências didáticas e científicas, instalação de equipamentos de qualidade e estrutura voltada ao interesse do ensino, organização de locais de trabalho, consulta com professores/as da USP e consulta aos/as egressos/as em relação às funções a serem exercidas, dentre outras.

A escolha do primeiro prédio foi o da antiga fábrica de seda Maria Izabel, tornando Marília a primeira cidade a possuir um prédio próprio na instalação da faculdade desde o momento de sua instauração.

¹ Disponível em: < <https://www.marilia.unesp.br/#!/instituicao/apresentacao/a-faculdade/>>. Acesso em: 31 jun. 2024.

Os cursos, a princípio, foram escolhidos com base nas demandas locais da cidade e da região de Marília, sendo uma dessas escolhas o curso de Pedagogia. Para o primeiro ano de funcionamento, só havia a série inicial dos cursos de Pedagogia, de Filosofia e de Ciências Sociais – que corresponderia também às seções de Psicologia e de Didática. Havia Letras Neolatinas e Letras Anglo Germânicas e História – que atendia às demandas de Geografia.

O último diretor anterior ao processo de consolidação do IIES de Marília como parte da UNESP foi Dr. Jubert Sanches Cibantos, tendo sido diretor ainda durante o período militar. Nesse momento, as decisões eram tomadas acima da diretoria. Foi redigido um Estatuto e um Regimento, e, no momento de definição dos campi, a comunidade local se manifestava contra corte de cursos e realocações. Ocorreram, mesmo assim, transferências de cursos para a faculdade em Marília, bem como a saída de outros da mesma, inclusive transferência de docentes, evento que culminou em reação violenta por parte da comunidade local. Os/as docentes a serem contratados/as, especialmente da área das Humanidades, eram filtrados/as e selecionados/as de maneira rígida.

Em 1975, ano anterior ao da criação da Unesp, a XVI Semana da Faculdade abordou temas sobre as Licenciaturas e os Bacharelados dos IIES do Estado de São Paulo, a fim de debater suas possíveis transformações. No ano seguinte, a criação da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” transforma a FAFI em Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação da Unesp, Campus de Marília. Nesse momento, o curso de História, de Letras e de Licenciatura em Ciências são transferidos para Assis, enquanto, simultaneamente, o curso de Filosofia de lá é trazido para Marília. Juntamente a esse adicional, é criado o curso de Biblioteconomia e o de Educação Especial, a fim de aprimorar o curso de Pedagogia. É somente na década de 1990 que é criado o curso de Fonoaudiologia, momento em que é alterado, também, o nome da Faculdade, que passa a ser Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Unesp, Campus de Marília. Na Figura 2, está o prédio da Faculdade em 1988, dois anos antes da alteração do nome para FFC, onde se localiza a Unesp atualmente.

Figura 2: Prédio da Faculdade em 1988



Fonte: Página Memorial da Resistência²

Atualmente, a FFC agrega nove cursos superiores, sendo eles Relações Internacionais, Fisioterapia, Arquivologia e Terapia Ocupacional – criados em 2003 – e os demais, que já existiam, Filosofia, Pedagogia, Biblioteconomia, Fonoaudiologia e Ciências Sociais. Na Figura 3, é possível ver a entrada do atual campus da Unesp de Marília, e na Figura 4, está presente o painel realizado na entrada da biblioteca pelo artista Eduardo Kobra sob a direção atual da Profa. Dra. Claudia Regina Mosca Giroto.

Figura 3 - Entrada do campus da Unesp de Marília



Fonte: Página da Unesp de Marília³

² Disponível em: < <https://memorialdaresistencia.org.br/lugares/faculdade-de-filosofia-ciencias-e-letras-de-marilia-fafi/>>. Acesso em: 31 jun. 2024.

³ Disponível em: < <https://www.marilia.unesp.br/#!/instituicao/apresentacao/>>. Acesso em: 31 jun. 2024.

Figura 4 - Atual biblioteca do campus com painel de Eduardo Kobra



Fonte: Página do Jornal da Unesp⁴

2.1.2 O curso de Ciências Sociais e o início da oportunidade de criação do GESP

O curso de Ciências Sociais foi criado em 1962 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) de Marília, e reconhecido no ano seguinte, quando dá início à primeira turma do curso. Inicialmente, só havia a modalidade da Licenciatura, como a maioria dos cursos das Faculdades de Filosofia do interior do Estado de São Paulo. A modalidade do bacharelado só é aplicada no ano seguinte ao da criação da UNESP, em 1977.

O projeto de criação do curso se dá durante o regime do primeiro diretor, Prof. José Querino Ribeiro, a fim de que ele fosse instituído desde o primeiro ano de funcionamento da instituição, mas o início do curso é adiado, quando Prof. José Querino Ribeiro é substituído pelo Prof. Pedro Michel Sawaya, responsável pelas alterações no quadro de cursos. O mesmo curso, de Ciências Sociais, é inaugurado somente em 1963.

Foram oferecidas, inicialmente, 60 vagas no período diurno, e apenas 18 matrículas foram realizadas. O curso noturno surge em 1971, e recebe o número de 45 alunos.

A trajetória do curso de Ciências Sociais, em meio às dificuldades do isolamento da instituição em relação à capital e às dificuldades financeiras sentidas no início da formação da faculdade, é complexa. A maioria das disciplinas eram ministradas por professores do Departamento de História – naquele momento, parte da FFCL de Marília – e de Didática, e as únicas disciplinas específicas ministradas por docentes do Departamento de Ciências Sociais eram Antropologia Social e Etnografia do Brasil, além da disciplina de Sociologia.

⁴ Disponível em: < <https://jornal.unesp.br/2024/04/04/um-mural-para-estampar-a-diversidade-e-a-inclusao/>>. Acesso em: 31 jun. 2024.

Após uma série de alterações curriculares, atualmente o curso é dividido em duas modalidades – Licenciatura e Bacharelado – e conta com dois departamentos, o Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (DCPE), que abrange as disciplinas das áreas de Ciência Política, Economia Política, Geografia e História; e o Departamento de Sociologia e Antropologia (DAS), responsável pelas disciplinas das áreas de Antropologia, Sociologia, Metodologia e Métodos de Pesquisa.

O elenco sequencial das disciplinas consiste em uma formação específica comum para o Bacharelado e para a Licenciatura durante o primeiro e o segundo anos do curso. Após o final do segundo ano, o/a aluno/a deve optar entre uma das modalidades a serem realizadas inicialmente, quando há uma divisão de disciplinas para a formação específica do Bacharelado e para a formação específica da Licenciatura. No Bacharelado, o/a estudante deve optar por uma das três grandes áreas para a apresentação da Monografia, sendo elas: Ciência Política, Antropologia e Sociologia.

3 TECENDO UMA NARRATIVA: A HISTÓRIA DO GESP

A história das instituições que antecedem o GESP – pelas quais é traçado um vínculo de existência com o atual grupo de estudos e projeto de extensão – permitiram uma contextualização de seu nascimento, cuja importância está atribuída ao seu papel em uma das atividades designada à Universidade atualmente, que é a proposta de extensão.

Como um grupo de estudos, pode-se afirmar que o GESP, em seu modelo de reuniões quinzenais às quais são designados textos das obras de Michel Foucault para a leitura e para a realização de discussões, funciona como uma troca de conhecimentos entre os seus membros, sejam eles/as graduandos/as ou pós-graduandos/as. Essa possibilidade de troca permite com que os/as integrantes realizem reflexões sobre seus próprios temas de interesse de pesquisa, construindo uma base analítico-metodológica fundamental baseada nas obras de Michel Foucault para a produção de artigos acadêmicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses.

Como um projeto de extensão, o GESP procura alcançar, também, estudantes que não fazem parte da comunidade da Unesp – Campus de Marília em seu sentido institucional, atingindo alunos/as de outras instituições, de outras cidades e até mesmo de outros estados brasileiros. Atualmente, os modelos das discussões são realizados por uma plataforma virtual, o que possibilita esse alcance maior, atingindo desde egressos/as a novos/as interessados/as em participar dos debates. Além disso, o GESP conta com uma página oficial em algumas redes sociais, com publicações semanais, alcançando um maior público que deseja participar dos encontros.

Cumprindo a sua função como um grupo de incentivo à pesquisa científica, o GESP, atualmente, encontra-se vinculado ao Observatório de Segurança Pública da UNESP (OSP), grupo de pesquisa registrado no diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que, desde 2005, é responsável pela realização de pesquisas acadêmicas e/ou pesquisas aplicadas e cujas atividades se desdobram no GESP e no Grupo de Estudos Feminismos: Práticas e Resistências (FERES).

3.1 CNPQ e o vínculo com o GESP

O atual CNPQ, antigo Conselho Nacional de Pesquisas, foi criado em 1951 e é considerado o maior órgão nacional de financiamento da ciência, tendo sido o primeiro a atuar e gerir essa área no Brasil (Tomalsquim; Domingues, 1998). Sua criação é desenvolvida para atender a uma necessidade relatada pela comunidade científica da existência de um órgão que fomentasse a ciência. Atualmente, sua missão é classificada como a de fomento à ciência, à

inovação e à tecnologia, a fim de contribuir para o desenvolvimento da soberania nacional, para o desenvolvimento sustentável e para o avanço das fronteiras em qualquer domínio do conhecimento (CNPq, 2014).

O CNPQ está vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e atua através do estímulo à pesquisa científica a partir de financiamentos de bolsas individuais. Dentre seus programas, estão os Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), o Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (PRONEX), o Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAE), o Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico para Inovação (MAI/DAI), o Inova Talentos, o Programa Mulher e Ciência, o Ciência Sem Fronteiras, dentre outros (CNPq, 2014).

O CNPq possui um Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, que se caracteriza como um inventário dos grupos de pesquisa científica que mantém atualizadas suas produções, pesquisas e inovações, sendo esse, justamente, um requisito para o recebimento da certificação como um Grupo de Pesquisa do CNPq.

Dentre os grupos de pesquisa certificados pelo CNPq, está o OSP, um portal da internet responsável por facilitar o acesso às informações de segurança pública no Estado de São Paulo, mantendo documentadas, analisadas e avaliadas as políticas públicas de segurança pública. O OSP recebeu suporte financeiro do CNPq, da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP), da Fundação para o Desenvolvimento da Unesp (FUNDUNESP) e da Comissão Permanente de Pesquisa da Unesp. Atualmente, o OSP, também como um projeto de extensão universitária, busca expandir um espaço de contato com a comunidade local, realizando atividades de extensão nas áreas de segurança, justiça, gestão urbana e saúde. Ele é constituído por uma equipe de 24 colaboradores/as, sendo estes/as pesquisadores/as e estudantes que atuam em linhas de pesquisa como Juventude, Políticas Públicas e Instituições, Políticas de Segurança Pública e Militarização e Violência, Encarceramento e Relações de Gênero. Além disso, suas atividades incluem os grupos de estudos como o GESP e o FERES.

Portanto, atualmente, o GESP está vinculado, institucionalmente, ao CNPq e à instituição Unesp – Campus de Marília, mais especificamente ao Departamento de Sociologia e Antropologia (DSA), fator importante para a construção de sua narrativa e sua trajetória como um grupo de estudos que lê e discute as obras de Michel Foucault.

3.2 A história do GESP contada através de depoimentos

Após a contextualização, é preciso adentrar, de fato, a história do GESP. Por definição, o GESP se constitui como um grupo de estudos e um projeto de extensão, vinculado à Unesp – Campus de Marília e ao CNPq. Ele nasce em 2005, fundado pelo Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza, coordenador geral do GESP desde o ano de sua criação até o momento presente, atual membro do Departamento de Sociologia e Antropologia da Unesp – Campus de Marília e docente da instituição.

A única descrição pública registrada sobre o GESP, até o momento, está contida em um arquivo digital, mais especificamente no site do OSP, onde é possível encontrar algumas informações básicas sobre o grupo. Ele está em funcionamento, portanto, há 19 anos (2005-2024) e realiza, regularmente, reuniões quinzenais para debater as leituras das obras de Michel Foucault e suas implicações na realidade contemporânea.

Dentre os objetivos do grupo, estão elencados:

1) introdução ao pensamento do autor, visando estudantes de graduação e interessados/as em geral; 2) aprofundamento na multifacetada obra de Foucault, por meio de discussões abrangendo os seus principais temas e noções (como poder, saber, corpo, ética, sujeito, sexualidade, prisão, delinquência, saúde, medicina, psiquiatria etc.), voltado para estudantes de pós-graduação. Portanto, o GESP é ao mesmo tempo um grupo de estudos e um projeto de extensão, estando aberto à comunidade acadêmica nas áreas de humanas (Ciências Sociais, História, Geografia, Filosofia, Pedagogia), a profissionais das áreas da Saúde, Direito, Serviço Social, Psicologia, Jornalismo bem como a docentes da rede de ensino e interessados/as em geral (Observatório de Segurança Pública, 2024).

Aqueles/as que decidirem participar do grupo deverão contribuir com alguns aspectos, como divulgação, participação nas atividades propostas e na expansão do grupo para a comunidade local – assim, estendendo a abrangência do GESP –, além da participação nas discussões e nos debates realizados nos encontros virtuais.

Por definição, o nome do grupo se constitui como Grupo de Estudos em Saberes, Subjetividades e Poderes, mas nem sempre foi designado dessa maneira. Em 2005, quando ele nasceu, era chamado de Grupo de Estudos em Segurança Pública, e permaneceu assim até 2024, quando foi alterado logo no início do ano. Essa alteração se dá porque, atualmente, o grupo não possui as mesmas características de quando foi criado, o que denota um processo dinâmico da organização, que se constitui e se constrói de acordo com as diferentes realidades dos membros que o compõem.

Como pesquisadora e atual participante do GESP, a proposta em narrar essa história se faz necessária perante a importância do grupo não só no âmbito do incentivo à pesquisa científica, no embasamento analítico, teórico e metodológico que se propõe a proporcionar aos

seus participantes, mas também na importância do grupo como um símbolo na vida de seus/suas integrantes, com rupturas e continuidades que o mantém funcionando a partir da dedicação daqueles/as que o integram.

Para narrar a história, pela pouca disponibilidade de registros e de documentos que contivessem informações sobre o nascimento e o desenvolvimento do grupo, optei por colher depoimentos de participantes do GESP que estivessem dispostos/as a colaborar e contribuir para um resgate histórico do grupo. Como uma forma de guiar os/as participantes em seus depoimentos, foram formuladas cinco perguntas, mas também foi aberto um espaço para que os/as integrantes pudessem compartilhar as informações desejadas, para além das orientações.

As perguntas foram formuladas da seguinte maneira: 1) Qual foi o período de participação no GESP? 2) Qual foi a influência do GESP na sua trajetória acadêmica? 3) Atualmente, ainda participa do GESP? 4) Qual a importância do GESP para a sua atuação profissional? 5) Para você, qual a importância das discussões do GESP em torno das obras de Michel Foucault?

Apesar de terem sido convidados/as onze membros e ex-membros do GESP para relatar um pouco sobre sua experiência dentro do grupo, apenas quatro pessoas se disponibilizaram a fornecer seus depoimentos, sendo três deles por vídeo chamada e um deles por escrito, registrado por e-mail. Ao recolher os depoimentos, algumas informações permitiram uma possível reconstrução da trajetória do GESP até os dias atuais. Uma das pessoas que se dispuseram a fornecer o depoimento é uma mulher que compõe o GESP desde 2007, dois anos após a criação dele, até os dias atuais. Em um trecho de seu depoimento, ela afirma que: “Logo nesse princípio, eu já estava no GESP. (...) não eram leituras foucaultianas. (...) ele tinha interesses voltados para a questão da violência, da violência pública” (Informação verbal)⁵. Isso nos permite enxergar um momento do GESP, ainda como Grupo de Estudos em Segurança Pública, cujas leituras não eram exclusivamente sobre as obras de Michel Foucault, mas eram discutidas, também, obras de outros autores que abordavam o tema da segurança pública.

Ela relata ter se ausentado do grupo durante um período de aproximadamente quatro anos, e, quando retorna, afirma ter presenciado uma diferença significativa na composição e no conteúdo do grupo, citando a importância do Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza para a aprimoração das leituras e para o andamento das reuniões. A participante afirma que:

(...) nessa volta do GESP, eu senti bastante diferença entre o primeiro grupo e esse novo grupo (...) primeiro porque já era um grupo bastante foucaultiano, né? (...) E o Luís é muito... Eu falo que ele é muito sábio, e, também, de uma gentileza muito grande, ele vai mais ou menos conduzindo o grupo conforme as necessidades do

⁵ Depoimento concedido por Danila Faria Berto em 26/05/2024.

grupo. Eles estavam lendo coisas que o pessoal estava estudando” (Informação verbal)⁶.

Outro participante que se dispôs a fornecer um depoimento sobre sua trajetória no GESP, Silvio de Azevedo Soares, é coordenador conjunto ao lado do fundador do grupo, Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza, desde 2018. Em seu depoimento, afirma ter entrado no GESP no ano de 2013:

Eu estou de forma contínua, então, desde 2013. Estou completando, então, 11 anos, este ano, de GESP. Todas as discussões, todos os programas, todos os encontros de GESP que a gente teve, a gente trata de Foucault. Uma única exceção, talvez, do momento que a gente não tratou de Foucault - inteiramente de Foucault - foi quando a gente se propôs a pensar alguns autores que estavam dialogando nas entrelinhas com Foucault, que foi um ano, se não me engano, 2017 ou 2018, que nós nos aventuramos a pensar os historiadores ingleses, como George Rudé, Edward Thompson, que seriam autores, ali, que Foucault, nas entrelinhas ou não, estava conversando, estava debatendo nos anos 70 (Informação verbal)⁷.

Um outro integrante, mais recente que os dois anteriores, fornece, em seu depoimento, a mesma afirmação que Soares a respeito do conteúdo das discussões. Ele iniciou sua participação no GESP ao final de 2017, e permanece membro do grupo até hoje. Em sua fala, ele afirma:

Mas em 2018, quando eu entrei, de fato [...] a gente pegava o Foucault como uma base principal, mas tinha outros autores que dialogam ou que nem são foucaultianos, são de outras matrizes. Então, por exemplo, o Foucault sempre foi o essencial, o principal, mas houve outros autores, como Edward Thompson, se eu não me engano, a gente pegou Deleuze, pegou Bataille (Informação verbal)⁸.

Em uma reconstrução cronológica, é possível afirmar, a partir dos depoimentos, que o GESP, inicialmente, não era restrito às leituras de Michel Foucault, fato este que se inicia em 2013 e permanece moldando os conteúdos das discussões até a atualidade, com exceção do ano de 2018. Segundo o fundador do grupo: “o GESP permite uma atualização constante das leituras de autores/as importantes, sobretudo, Michel Foucault” (Informação escrita)⁹. Entretanto, como afirma ainda a integrante com maior tempo de participação no grupo:

Foucault se impôs, meio que sem querer. Enquanto o pessoal... Enquanto nós estávamos discutindo sobre segurança pública e tudo mais, acho que os textos de Foucault já se fizeram necessários, como a gente ia trabalhar a ideia de segurança, a ideia de violência, e o Foucault estava dando base nas discussões, começamos a discutir “Vigiar e Punir” para poder dar uma leitura (Informação verbal)¹⁰.

⁶ Depoimento concedido por Danila Faria Berto em 26/05/2024.

⁷ Depoimento concedido por Silvio de Azevedo Soares em 25/05/2024.

⁸ Depoimento concedido por Eduardo Armando Medina Dyna em 27/05/2024.

⁹ Depoimento concedido por Luis Antonio Francisco de Souza em 05/06/2024.

¹⁰ Depoimento concedido por Danila Faria Berto em 26/05/2024.

Para o fundador do grupo, que permanece ativo nas discussões do grupo até os dias atuais, a importância do legado das obras de Foucault também tem tamanha importância na concretização do GESP em seu modelo atual:

E, por falar nisso, o GESP é o único espaço acadêmico que conheço que aborda a obra do MF em todas as suas fases de forma contínua e original. E nesse sentido, o GESP tem contribuído não apenas para o meu aperfeiçoamento teórico como tem proporcionado espaço para surgimento de novas abordagens da obra do autor e de inspiração constante. Temo em dizer, mas o GESP tem mantido vivo meu interesse na obra de MF e tem ajudado a renovar algumas de minhas compreensões anteriores. Por exemplo, foi no âmbito do GESP que surgiram algumas propostas novas de abordagem da obra de MF que permitiram a escrita de alguns artigos particularmente inovadores (Informação escrita)¹¹.

A partir da análise das falas fornecidas em depoimento pelos/as integrantes do GESP que se dispuseram a tal, é possível analisar uma grande conexão entre os temas abordados pelo grupo e a necessidade da leitura das obras de Michel Foucault, autor responsável por abordar diversos temas relacionados à segurança pública, mas também à psiquiatria, à sociedade disciplinar, à educação, à medicina, às ciências humanas, à sexualidade, ao Estado, dentre muitos outros.

Assim, como dito anteriormente, o GESP se constitui como um organismo dinâmico, e, nesse sentido, foi adaptado às diferentes necessidades das diferentes pessoas que faziam parte da sua trajetória, sentindo uma certa urgência em adentrar profundamente as obras de Michel Foucault. Trata-se de um autor que pôde abranger os diferentes interesses de pesquisa dos membros, e pôde conversar com a realidade que se impunha, permitindo uma maior abrangência de reflexões teórico-metodológicas e analíticas para esses/as atuais e futuros/as pesquisadores/as.

O GESP foi se constituindo, dessa maneira, não somente como um grupo de estudos que incentivasse seus membros a realizarem pesquisas científicas, mas um grupo que permitia reflexões que abrangiam outros âmbitos, para além da trajetória acadêmica de cada um. A participante presente no GESP desde 2007 diz:

Às vezes, nas mesmas leituras, a gente continua lendo e continua descobrindo coisas novas. Então, eu acho que, hoje, é quase impossível pensar uma sociedade ou fazer uma leitura da sociedade sem perpassar, também, as leituras foucaultianas (Informação verbal)¹².

Da mesma forma que as leituras de Michel Foucault se fizeram presentes de maneira quase que essencial à estruturação do grupo e à adaptação aos interesses de pesquisa científica de cada integrante, outra modificação se fez necessária a fim de representar o GESP de maneira

¹¹ Depoimento concedido por Luis Antonio Francisco de Souza em 05/06/2024.

¹² Depoimento concedido por Danila Faria Berto em 26/05/2024.

mais inclusiva: a alteração do significado da sigla. Ainda que o nome tenha permanecido GESP, a alteração de “segurança pública” para “subjettividades, saberes e poderes” trata-se de uma simbolização para caracterizar mudanças que o grupo já vinha sofrendo anteriormente no que se refere à sua estruturação, ao conteúdo trabalhado e às necessidades que haviam sido colocadas.

Uma outra mudança significativa, também trabalhada pelos/as integrantes em seus respectivos depoimentos é a plataforma na qual são realizados os encontros. De 2005 a 2019, as reuniões eram quinzenais e ocorriam presencialmente, em salas de aula da instituição Unesp – Campus de Marília. Durante a pandemia, por conta da impossibilidade de realizar encontros presenciais, o formato das discussões passa a ser virtual, realizado na plataforma do Google Meet. Há dualidades em relação aos comentários dos/as integrantes sobre essa alteração. Soares afirma:

Tenho feito a coordenação das discussões e dos encontros do GESP desde 2019, e aí, com 2020 e a pandemia, a gente continuou, também, ali, no modelo que nós temos até hoje, no modelo online, as discussões online, que me parece que, talvez já esteja se saturando. Entendeu? Não sei, não sei se a gente tem que pensar o híbrido, em razão da distância que muitas pessoas estão de Marília, mas nós estamos tendo, me parece, uma dificuldade de trazer gente nova, entendeu? E aí, eu acho que alguns de nós não estar em Marília pode fazer com que o GESP não consiga ter essa renovação que é o que nos mantém, o que tem nos mantido (Informação verbal)¹³.

O outro participante, agregado desde 2017, ressalta qualidades e desfavorecimentos dos modelos de discussão virtuais:

Eu acho que as reuniões virtuais têm coisas positivas e negativas, assim, porque (...) a gente tem gente de Minas, Paraná, o Brasil todo, acho que você não está mais em Marília, também, eu também estou em São Carlos direto. Mas, por exemplo, o bom do presencial é que a gente tinha lousa, o tete-a-tete pessoal, então... Para tentar entender o método de Foucault, o presencial foi perfeito, porque eu lembro um dia que (...) me chamaram de canto e começaram a desenhar na lousa, porque é confuso (Informação verbal)¹⁴.

Uma outra análise possível de ser feita a partir dos depoimentos fornecidos pelos integrantes do grupo é a de que o GESP, como um grupo de estudos, se posiciona em um movimento contrário às linhas teóricas, analíticas e metodológicas majoritariamente utilizadas nas pesquisas realizadas na instituição na qual ele nasce, a Unesp – Campus de Marília. Em um dos depoimentos, fornecido pelo integrante mais recente, membro desde 2017, ele afirma que o GESP foi essencial para a construção de uma base teórica e metodológica que pudesse entender outra matriz teórica das Ciências Sociais, para além da tradição da Unesp de Marília, que é o marxismo.

¹³ Depoimento concedido por Silvio de Azevedo Soares em 25/05/2024.

¹⁴ Depoimento concedido por Eduardo Armando Medina Dyna em 27/05/2024.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a participante presente no GESP desde 2007, afirma que “no período da minha formação, ela (a Unesp) era extremamente marxista, muito marxista, a ponto de a gente ter muita dificuldade em ter outras leituras, leituras novas para além desse âmbito marxista” (Informação verbal)¹⁵.

Além disso, os relatos ressaltam a importância do GESP na vida acadêmica, profissional e até pessoal dos integrantes do GESP. Soares relata a importância do GESP em sua trajetória acadêmica:

(...) o GESP teve uma importância fundamental na minha formação. Como eu comentei com você, eu saí da graduação sem encontrar, vamos dizer, a minha turma, né? (...) Ou, para usar a expressão batida: “sob ombros de quais gigantes eu me assento para tentar enxergar a realidade?” (...) As discussões do GESP que me propiciaram o referencial analítico-conceitual, referencial analítico-metodológico que eu uso para pensar a realidade. Então, eu devo a minha graduação... Minto, a minha pós-graduação ao GESP. O GESP me permitiu entrar no mestrado, o GESP me permitiu, na qualificação do mestrado, virar um doutorado direto, em razão das leituras que a gente fazia ali (Informação verbal)¹⁶.

Para o integrante que adentrou o GESP em 2017:

Se não fosse o GESP, o Silvio, o Luís Antônio e o pessoal, eu não teria, hoje, minha base foucaultiana, muito menos teria pesquisado o que eu pesquiso hoje (...) O GESP, ele conseguiu preencher lacunas que eu não tinha na minha formação na graduação (Informação verbal)¹⁷.

É possível denotar, inclusive, uma importância na vida pessoal de seus/suas participantes, visto que muitas conquistas, como a realização de um mestrado, de um doutorado, o encontro com o tema de interesse nas pesquisas foram proporcionados, em certa medida, pelas discussões realizadas no GESP. Soares ainda afirma que faz muito sentido estar no GESP, desde os encontros e as discussões, até mesmo os afetos e as pessoas com quem são realizadas as reuniões.

A reconstrução da trajetória do GESP, desde o seu início, só é possível graças aos depoimentos das pessoas que se dispuseram a relatar suas experiências e suas jornadas. Em uma análise, é possível denotar a importância do GESP não somente como um grupo de estudos que compôs suas vidas e suas trajetórias acadêmicas, mas como um grupo de trocas de conhecimentos que possibilitaram a realização acadêmica, profissional e até, em partes, pessoal da vida de seus/suas integrantes. Justamente por ser um grupo contracorrente no que diz respeito ao estudo de correntes teóricas que não eram fornecidas de maneira ampla na instituição Unesp – Campus de Marília, por ser um grupo de construção coletiva, no sentido de se adaptar às necessidades de seus/suas integrantes e de suas respectivas pesquisas de acordo com as

¹⁵ Depoimento concedido por Danila Faria Berto em 26/05/2024.

¹⁶ Depoimento concedido por Silvio de Azevedo Soares em 25/05/2024.

¹⁷ Depoimento concedido por Eduardo Armando Medina Dyna em 27/05/2024.

diferentes formações, por ser um grupo que busca aprimorar, cada vez mais, o conhecimento sobre o método foucaultiano, e que, também, procura incentivar a realização de pesquisas científicas e escritas de trabalhos por parte de seus membros, sejam eles graduandos/as, pós-graduandos/as, sejam da própria comunidade unespiana localizada em Marília, sejam de outras instituições. Trata-se de uma construção contínua do grupo, que permanece ativo e em movimento.

3.3 O GESP narrado através de registros

Além dos depoimentos fornecidos pelos/as integrantes do GESP, é possível reconstruir um pouco da sua narrativa através de registros oferecidos pelo fundador do grupo, Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza, disponibilizados especialmente para a constituição dessa pesquisa.

Em um resgate do início do GESP, Souza afirma que, inicialmente, o grupo contava com cinco participantes interessados/as, número que dobrou conforme foi feita a divulgação entre os/as próprios/as integrantes para o resto da comunidade da Unesp – Campus de Marília. Durante os próximos quatro anos, o grupo contou com uma participação média de dez pessoas interessadas e ativas nas reuniões organizadas. Na Figura 5, estão presentes os/as integrantes do grupo no ano de 2015, com a presença do coordenador atual, Silvio de Azevedo Soares, e do fundador e coordenador do grupo, Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza. Além deles, estão presentes, também, Beatriz Sabiá, Guilherme, Larissa Sequinelli, Danila Faria Berto e Rosângela Teixeira.

Figura 5 - Grupo que compunha o GESP em 2015



Fonte: Informação escrita¹⁸

¹⁸ Documento fornecido por Luís Antônio Francisco de Souza via e-mail.

Entre os anos de 2010 e 2015, o grupo contou com uma média de vinte assinaturas nas listas de presença, o que representa uma abrangência maior de pessoas interessadas em participar das reuniões. Além dos estudantes de graduação e pós-graduação da Unesp – Campus de Marília, havia profissionais da região e alunos/as do curso de direito da Univem. Como orientador, o fundador do grupo condicionou suas orientações aos alunos não pertencentes da Unesp à participação no GESP. A formação do GESP, portanto, continuava se expandindo. Na Figura 6, estão presentes os/as integrantes do GESP no ano de 2018, realizando reuniões presenciais nas salas de aulas do campus da Unesp de Marília.

Na Figura 6, estão presentes os coordenadores, Luís Antônio Francisco de Souza e Silvio de Azevedo Soares, e outros/as integrantes, como Paula, Larissa Veiga, Larissa Sequinelli, Cecílio, Daniela Lira, Ana Lirane, Gustavo Hipólito, Vivian Carla, Égor, Evelin Moreira e Gabriel Romero.

Figura 6 - Formação do GESP em 2018



Fonte: Informação escrita¹⁹

Em sua descrição, o Prof. Dr. Luís Antônio de Souza também relata as dificuldades encontradas na tentativa de desenvolver o portal do OSP, veículo que disponibiliza as informações sobre o GESP até os dias atuais:

Demorou um pouco, mas em 2007, lançamos uma versão de teste do portal do OSP. Ficamos praticamente um ano aprimorando os dados, os acessos, as páginas internas e os links da página. Trabalho meticuloso e custoso, considerando as ferramentas de internet disponíveis à época. Os custos do projeto, relativos ao provedor e ao domínio, saíram de minha conta pessoal, porque simplesmente nenhuma instituição financia sites na internet. Em 2008, o site foi lançado oficialmente e desde então não saiu do ar (Informação escrita)²⁰.

¹⁹ Informação fornecida por Luís Antônio Francisco de Souza em 07/04/2024.

²⁰ Informação fornecida por Luís Antônio Francisco de Souza em 07/04/2024.

Nos anos de 2013, 2014 e 2015, o OSP recebeu recursos adicionais da Proex-Unesp para a alimentação do portal, mas, após o ano de 2016, não recebeu disponibilização de novos recursos. O fundador do GESP ainda afirma que a construção do OSP e do GESP é um trabalho contínuo e, atualmente, voluntário, que articula seus/as orientandos/as.

Ainda no portal do OSP, existem dez registros das discussões realizadas pelo GESP no ano de 2015, arquivos disponíveis para visualização. O primeiro registro data do dia onze de março de 2015 e o último do dia vinte e nove de julho de 2015. Todas as leituras são realizadas sobre trechos das obras de Michel Foucault, sendo elas os cursos “Em Defesa da Sociedade” e “Segurança, Território e População” e os livros “Vigiar e Punir”, “A História da Sexualidade I: Vontade de Saber” e “A História da Sexualidade II – O Uso dos Prazeres”.

O portal ainda divulga o calendário anual e as respectivas leituras relacionadas às datas programadas. A disponibilização de local e horário também podem ser encontradas no site.

4 DA SEGURANÇA PÚBLICA AO FOUCAULT

Como citado anteriormente, o GESP, quando foi criado, era denominado Grupo de Estudos em Segurança Pública, visto que o enfoque principal eram justamente as discussões a respeito do tema da segurança pública. Os debates eram realizados com base nas obras de diferentes autores, todos visando, justamente, o mesmo tema. Essa informação foi relatada nos depoimentos colhidos e nos registros fornecidos pelo fundador e coordenador do grupo, Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza.

Aproximadamente nos anos de 2012 e 2013, as obras selecionadas passaram a ser exclusivamente as de Michel Foucault, ainda abordando a temática da segurança pública, mas com alguns outros temas de interesse emergindo ao longo das discussões. O único ano em que foi realizada uma exceção, nesse sentido, foi o de 2018, quando foram trabalhadas obras de autores com os quais Foucault dialogava em seus escritos.

Com essa transformação, aos poucos, as reuniões passaram a ser feitas de acordo com os temas de interesse de pesquisa dos/as diferentes integrantes, o que abriu um leque maior de possibilidade de leituras e de problematizações a serem feitas nos encontros. Em 2024, o nome do grupo como “Grupo de Estudos em Segurança Pública” já não se sustentava, pois a segurança pública era apenas um dos diversos temas trabalhados no GESP, fator que levou à mudança do nome do grupo para “Grupo de Estudos em Saberes, Subjetividades e Poderes”, mantendo a sigla GESP.

O nome foi escolhido em detrimento de uma possível divisão do pensamento foucaultiano, dada por um eixo metodológico-conceitual, que consiste em três fases. A primeira

diz respeito às obras de Foucault da década de 1960 (“História da Loucura” [1961], “O Nascimento da Clínica” [1963], “As Palavras e As Coisas” [1966] e “A Arqueologia do Saber” [1969]) que constituem uma arqueologia do saber – a preocupação com a constituição histórica dos discursos²¹ e regras de enunciação. Em um segundo momento, fala-se do método genealógico de análise dos dispositivos de saber-poder da sociedade moderna que constituem discursos e sujeitos, fase demarcada pelas obras da década de 1970 (“Vigiar e Punir” [1975] e “História da Sexualidade I, a vontade de saber” [1976]). Por fim, uma fase que tem enfoque na constituição histórica das “práticas de si e de si aos outros” que compõem os sujeitos enquanto tais, presente nas obras da década de 1980 (“História da Sexualidade, o uso dos prazeres” [1984] e “História da Sexualidade, o cuidado de si” [1984]).

Tal divisão não se trata de uma separação precisa dos assuntos em três diferentes fases, visto que os eixos do saber, do poder e das subjetividades são abordados em todas as obras com diferentes enfoques, e que os propósitos da genealogia já estavam presentes nos primeiros escritos. Dito isto, é possível adentrar um pouco mais em cada um dos eixos, a fim de evidenciar alguns dos pontos trabalhados nas discussões do GESP.

Em uma contextualização da importância de Michel Foucault, é cabível ressaltar que o pensador analisa, atualiza e inova as oportunidades teóricas dentro do arcabouço das Ciências Humanas. A partir dos métodos arqueológico e genealógico, Foucault procura desnaturalizar as relações históricas e sociais, bem como problematizar o olhar naturalizado para os acontecimentos históricos.

A partir de uma caixa de ferramentas – como ele chamava seus métodos de análise –, ele traz olhares novos para os monumentais saberes científicos a partir dos saberes sujeitados, ou seja, aqueles que, de alguma forma, por meio de uma determinada escolha de sistematização do conhecimento, foram ocultados daquele determinado campo do saber. A tratar: a medicina – em especial, a psiquiatria – a criminologia, o direito e a gramática são alguns dos campos de saberes científicos cujo papel desempenhado foi analisado nas obras de Foucault. Isso permitiu uma nova visão no que diz respeito, por exemplo, às teorias punitivas e às prisões, à psiquiatria e ao hospício, dentre outros temas trabalhados pelo autor.

4.1 Saberes, subjetividades e poderes

Ao abordar o primeiro elemento do nome do grupo, que se refere ao eixo dos “saberes”, podemos nos voltar às obras de Foucault publicadas nos anos 1960 para falar do método

²¹ Discurso é uma noção que pode ser definida de formas diferentes ao longo da obra de Foucault, mas, neste trabalho, refere-se aos traços materiais verbais reproduzidos ao longo da história.

arqueológico da história, recurso explorado principalmente na obra “Arqueologia do Saber”. Trata-se de um método de análise que busca compreender uma série de ordens que compõem um determinado saber, visto que as diferentes configurações de saber não estão condicionadas à cientificidade e só podem ser julgadas a partir das bases referenciais desenvolvidas pelo próprio saber. As investigações arqueológicas foucaultianas vão desde o estudo e a análise dos saberes médicos/psiquiátricos e do surgimento da clínica até os campos epistêmicos do saber das Ciências Humanas.

O que Foucault propõe é a análise dos âmbitos de verdade como um afazer essencial para a descrição das pretensões de verdade dentro da própria história. A análise tem enfoque no discurso real, material, pois o que é dito tem poder de elevar o dizer ao estatuto de acontecimento, instaurando uma realidade discursiva. A título de exemplo, Foucault faz uma descrição da história atual:

(...) em nossos dias, a história é o que transforma documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; que poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento (Foucault, 2009, p. 8).

O interesse de Foucault é evidenciar descontinuidades e ausências dos âmbitos de verdade na história, pois não se trata de uma história da racionalidade. Não se trata de basear-se apenas em enunciados científicos, mas sim em uma série de dimensões que definem as pretensões à verdade construídas ao longo da história, que só existem dentro da própria relação do saber consigo mesmo. Isso não implica excluir as possibilidades dos campos dos saberes científicos, mas não os privilegiar em detrimento dos saberes sujeitados, ocultados, ausentes nas narrativas da história.

Assim, sujeitos e objetos são construídos a partir de uma realidade discursiva. Para ele, não há práticas sociais sem um determinado regime de racionalidade e de verdade por elas arranjado: “discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder” (Foucault, 2005, p. 29). A formação e a acumulação do saber só são possíveis através de técnicas concretas, como o exame, a observação, o registro.

Foucault define o discurso como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” que se caracteriza como “histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e

não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo.” (Foucault, 2008, p. 132-133). O discurso é, além disso, uma prática, que se caracteriza de sentido a partir das relações e dos enunciados, garantido de suporte histórico e institucional.

A prática discursiva, portanto, pode ser definida como um determinado:

(...) conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (Foucault, 2008, p. 133).

Os objetos, os conceitos, as teorias possuem uma positividade advinda de um saber, não condicionado à ciência. Há uma delimitação de suas regras de formação nos mais diversos campos discursivos. A arqueologia, sendo uma história das ideias, busca analisar os discursos que permeiam a construção e a possibilidade de existência dessas mesmas ideias. Como a medicina, a gramática e outras áreas do saber científico puderam se desenvolver enquanto tais?

Ao referir-se ao objeto, deve-se compreendê-lo sob o aspecto histórico, em primeiro lugar, sob “as condições positivas de um feixe complexo de relações” que permeiam “instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização” (Foucault, 2008, p. 50). Ou seja, quaisquer objetos existentes devem ser analisados “relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico.” (Foucault, 2008, p. 53).

Não se trata de afirmar que exista uma unidade de objeto, pois a existência deste é, justamente, limitada pelo discurso enunciado sobre ele. A título de exemplo, Foucault afirma que

Tratava-se de não partir de nenhuma posição humanista dizendo: eis o que é a natureza humana, eis o que é a essência humana, eis o que é a liberdade humana. Era preciso considerar a loucura um x e se apropriar da prática, somente da prática, como se não se soubesse nada e fazendo de modo a não saber nada sobre o que é a loucura. E era a partir daí que se tratava de procurar que tipo de relações de conhecimento se achava, por essa prática mesma, fundado, com seus efeitos estruturantes e determinantes, no campo do saber, da teoria, da medicina, da psiquiatria, mas também com seus efeitos na experiência do próprio sujeito quanto à disjunção entre razão e desrazão, seja o sujeito considerado doente ou não (Foucault, 2014, p. 73-74).

Também não se trata de um tipo específico de encadeamento de enunciados ou uma única estruturação conceitual, visto que ambos são heterogêneos. Um mesmo tema pode, também, aparecer simultaneamente em diferentes discursos, o que implica não resumir os discursos aos temas emergentes. Ou seja, categorias como objetos, enunciados e conceitos não encerram o discurso, mas, correlacionados entre si, transformados e organizados, compõem uma prática discursiva.

Para Foucault, o que realmente interessa é a produção histórica e concreta dos saberes, estes que possuem uma dimensão positiva, ou seja, capazes de criar diferentes práticas como a constituição de novos objetos, técnicas, enunciações, disciplinas, teorias.

Da arqueologia do saber, passamos para o segundo eixo, que diz respeito ao método genealógico de Foucault, e, por assim dizer, podemos relacionar com as publicações de suas obras da década de 1970. Para Foucault, antes mesmo de existirem instituições como as prisões, os hospitais e as escolas, existem práticas de poder. O conceito de poder é totalmente reformulado em sua teoria, permitindo uma nova compreensão a respeito das instâncias sociais; a sociedade é permeada por múltiplas relações de poder, e estas só existem na mesma medida em que existe a produção da verdade.

Ao analisar a modernidade ocidental, Foucault a caracteriza por suas relações de poder. Não se trata de definir o poder a partir de uma teoria totalizante e sistemática, mas analisá-lo a partir de sua função capilar, sua capacidade de permear e de passar por dentro dos corpos e das relações sociais através de estratégias de dominação, de controle e de disciplina, que nem sempre são evidentes para a própria sociedade.

A partir dessa função do poder, trata-se de destacar antes do Estado, as suas práticas de poder; antes da existência das prisões como instituições consolidadas, as práticas de encarceramento que possibilitaram a sua emergência; antes dos hospitais psiquiátricos e manicômios, as práticas de isolamento e marginalização daqueles/as considerados/as loucos/as. A partir de um novo olhar sobre o poder, Foucault (1985) afirma:

Permanecemos presos a uma certa imagem do poder-lei, do poder-soberano que os teóricos do direito e a instituição monárquica tão bem traçaram. E é desta imagem que precisamos liberar-nos, isto é, do privilégio teórico da lei e da soberania, se quisermos fazer uma análise do poder nos meandros concretos e históricos de seus procedimentos (Foucault, 1985, p 87).

Essas formas de controle e de disciplina produzidas pelas relações de poder se exercem sobre os corpos e suas materialidades. Foucault evidencia que

(...) as relações de poder podem passar materialmente na própria espessura dos corpos sem ter de ser substituídas pela representação dos sujeitos. Se o poder atinge o corpo, não é porque ele foi inicialmente interiorizado na consciência das pessoas. Há uma rede de biopoder, de somatopoder (...) (Foucault, 1977, p. 38).

Ou seja, o poder não é passível de dominação, troca, posse; são “relações capilares” que atravessam toda e qualquer relação social. Nesse sentido, Estado não é sinônimo de poder, e isso não implica diminuir o papel do Estado nas relações de poder, mas evidenciar que não há privilégios sobre elas, não há mais a teoria do soberano, onde um detém o poder e o impõe sobre aqueles/as que não o tem.

Isso significa analisar não somente a dimensão negativa do poder, que implica violência, exclusão, repressão e marginalização, mas também entender sua função positiva, ou seja, sua função como constituinte de sujeitos/as, de corpos, de práticas individualizantes, de técnicas. Foucault (1977) aborda essa noção de poder a partir do exemplo do cristianismo:

(...) eu quis, com efeito, deslocar as ênfases e fazer aparecerem mecanismos positivos onde, normalmente, se enfatizam mais os mecanismos negativos. Assim, a propósito da penitência, destaca-se sempre que o cristianismo sanciona nela a sexualidade, só autorizando algumas de suas formas e punindo todas as outras. Mas deve-se, também, observar, creio, que no centro da penitência cristã, há a confissão, então, o reconhecimento, o exame de consciência, e nisso toda uma extrusão de saber e de discurso sobre o sexo que induziu uma série de efeitos teóricos (...) e efeitos práticos”. (Foucault, 1977, p. 37)

Em sua preocupação metodológica, Foucault afirma que o poder atua de forma capilar, ramificada, multiplicada e, a partir de uma dimensão positiva, existe concretamente, regularmente e constitui não apenas sujeitos, mas também discursos, técnicas de registro, de exame e de observação. Assim, o poder é circulante e é exercido em rede:

Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (Foucault, 1985a, p. 181-183).

Em uma relação de saber-poder, ou seja, das práticas de poder e dos discursos de saber, a partir de um suporte histórico e institucional, são constituídos/as os/as sujeitos/as e as formas de individualização, de reconhecimento de si e dos/as outros/as. Na análise genealógica, Foucault analisa os discursos de verdade e seus efeitos de poder sobre corpos e sujeitos/as. Ele propõe uma analítica ascendente do poder, analisando suas formas concretas de funcionamento no corpo social, desde as técnicas de observação, os procedimentos, os métodos, as práticas, e não apenas um discurso hegemônico de uma ideologia. As formações discursivas e os saberes produzidos são, de fato, importantes, mas não privilegiados.

Antes dos saberes, quais técnicas foram utilizadas concretamente para a composição desse saber? Quais métodos de observação, de exame, de inquérito, de registro e de pesquisa devem ser analisados? O poder produz o real, produz as pretensões de verdade e os domínios de existência dos objetos. Pode-se diminuir uma forma de repressão, eliminar uma forma de marginalização, mas o poder permanece atuando nas brechas, nas fendas, nos mecanismos minúsculos presentes no corpo social.

Assim como qualquer objeto, os/as sujeitos/as também devem ser compreendidos/as histórica e socialmente, a partir dos discursos de saber produzidos naquele contexto e das relações de poder que constituíram determinadas práticas sociais e formas de individualização.

O terceiro eixo diz respeito ao ponto de encontro entre os dois eixos anteriores, que se resume a uma reelaboração das teorias do “sujeito”. Sujeito não como a titularidade de um sujeito universal, de única essência ou natureza, mas como a recusa das teorias elaboradas sobre o “sujeito” *a priori*, visto que ele não é um objeto, uma substância, mas existe como forma e experiência. O sujeito como

(...) portador tanto da sujeição às forças históricas, a certo número de saberes sobre ele, às práticas de dominação e estratégias de governo sob as quais, de um modo ou de outro, todos somos tocados, quanto às possibilidades de constituir-se a si mesmo, de sujeitar-se a si mesmo, relacionando-se com determinadas formas de forças que ele procura aplicar sobre si (Carvalho, 2007, p. 154).

Os/as sujeitos/as estão presentes de forma global nas obras de Foucault, visto que esta análise só pode ser compreendida na mesma medida em que se compreende as relações de poder-saber que a englobam. Cada indivíduo existe em um lugar constituído a partir de situações estratégicas, jogos de poder e de verdade, com efeitos múltiplos, sentidos e experienciados de formas diferentes.

A realidade é transitória e se recria através de regimes de verdade que são múltiplos, que perpassam e entremeiam toda e qualquer prática social, que dependem das formas pelas quais as forças se transformam, entrelaçam, se relacionam. A verdade existe no campo da existência pessoal e social dos seres humanos, de forma a crer, agir, sentir e pensar a partir de uma série de legitimações dadas por campos de saberes diversos, como a ciência, a política, as normas e instâncias de governamentalidade.

O próprio sujeito do conhecimento tem uma história; a relação dos/as sujeitos/as com os objetos e com a própria pretensão de verdade possuem uma história. O “sujeito” é inacabado, portanto, só existe no contexto das relações históricas e sociais que o situam em determinados espaços e situações estratégicas.

Foucault busca analisar a condição presente e todos os jogos de verdade que levaram os sujeitos – históricos – a se constituírem como tais. Nesse sentido, se o sujeito é transitório, da mesma forma que a realidade o é - visto que as relações de poder não são impostas de maneira hegemônica e homogênea e não são determinadas de maneira exaustiva ou coercitiva - abrem-se possibilidades de desacordos, recusas.

Dissolve-se a ideia de ‘lei da soberania’, abre-se a possibilidade da subjetividade. Sendo o “sujeito” profundamente influenciado por condições específicas dentro de complexos sistemas de poder, são distribuídos diferentes papéis para diferentes sujeitos/as em diferentes discursos, de maneira a moldar como eles/elas se constituem e são reconhecidos/as. As relações de poder, nesse sentido, operam de maneira contínua e ininterrupta na sociedade, regulando

comportamentos e moldando individualidades, mas não de maneira exaustiva e homogênea. As forças externas às quais o/a sujeito/a é constantemente submetido/a podem eventualmente ser resistidas, recusadas e transformadas.

O “sujeito” está ligado à subjetividade através da consciência de si, de forma a agir e reagir dentro das estruturas de poder que tentam moldá-lo. As dinâmicas históricas e os dispositivos que as sustentam permitem entender como a subjetividade é produzida e como diferentes tipos de sujeitos/as são formados/as em contextos específicos ao longo da história.

Mesmo sob essa influência, existem resistências e fugas constantes por parte das pessoas que compõem o corpo social. Essas resistências se manifestam como formas de escape às normas disciplinares e biopolíticas²². Se a própria norma define o que está fora dela, e o que é considerado anormal, isso significa que há uma alternativa em relação a ela mesma. Foucault defende a libertação de uma vida marcada pelo fascismo, pelo amor ao poder e pela simplificação totalizadora das identidades e das práticas sociais. Como ele afirma, o homem não é um ser inacabado, e continua a construir a si mesmo, ou seja, continua a:

(...) trasladar continuamente o nível de sua subjetividade, de se constituir numa série infinita e múltipla de subjetividades diferentes que nunca alcançam um final nem nos colocam na presença de algo que pudesse ser o homem (Foucault, 2003, p. 74).

Dessa forma, pode-se afirmar que as práticas sociais não apenas produzem novos conhecimentos, objetos e técnicas, mas também geram novas formas de subjetividade. A história é caracterizada pela contínua construção e reconstrução dos/as sujeitos/as, resultando em uma multiplicidade de formas de subjetividade que desafiam qualquer ideia de uma essência fixa ou final. Onde há relações de poder sendo exercidas, há, também, resistências.

Se as relações de poder “só podem existir em função de uma multiplicidade de pontos de resistência: estes desempenham nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência onde se agarrar” (Foucault, 1985c, p. 91), é em um espaço de movimento que as resistências permanecerão existindo.

4.2 A metodologia de Foucault e a importância para o GESP

É sabido que os objetos não existem de maneira isolada no mundo, à espera de uma percepção ou um entendimento. O método consiste em um caminho que nos leva a algum lugar, e, nesse caso, a um tipo de abordagem e de compreensão dos objetos. Foucault, por sua vez, não analisa o método como um caminho certo e seguro de se atingir algum lugar, afinal, não

²² Para Foucault, biopolítica é uma espécie de tecnologia de manejo das populações, que incorpora certos aspectos do poder disciplinar. Trata-se da inclusão de nascimentos, mortes e doenças de uma população como parte da gestão política do Estado.

existe segurança ou previsibilidade. Não há chão concreto para se caminhar, porque o solo é construído durante o próprio ato do caminhar. Nesse sentido, embora rigoroso, seu estilo de investigação não possui fronteiras delimitadas, e existe com a possibilidade de uma reinvenção de si mesmo. Nas palavras do próprio Foucault, a arqueologia, por exemplo, pode ser entendida como:

Não a história das ciências, mas a dos conhecimentos imperfeitos, malfundamentados, que jamais puderam atingir, ao longo de uma vida obstinada, a forma da cientificidade (história da alquimia e não da química, dos espíritos animais ou da frenologia e não da fisiologia, história dos temas atomísticos e não da física). (...) Assim definida - mas vê-se de imediato o quanto é difícil fixar-lhe limites precisos -, a história das idéias se dirige a todo esse insidioso pensamento, a todo esse jogo de representações que correm anonimamente entre os homens; no interstício dos grandes monumentos discursivos, faz aparecer o solo friável sobre o qual repousam (Foucault, 2008, p. 155).

Foucault evita o termo "método" em suas obras, preferindo descrever suas abordagens, genealógicas e arqueológicas, como "atividades", "análises" e "maneiras de entender e ver as coisas". Isso reflete sua resistência aos conceitos rígidos e às definições fixas do método, preferindo uma abordagem mais flexível e adaptável à complexidade das práticas históricas e sociais que estuda. Essas ferramentas permitem uma compreensão singular da história e dos elementos tanto discursivos quanto não-discursivos nela presentes.

Em geral, enquanto a maioria dos autores e das autoras realizam contribuições teóricas, e não metodológicas, Foucault afirma que teoria e metodologia só podem caminhar juntas. Ao trabalhar com as obras de Foucault, fica explícito que as três questões (diga-se, os três eixos: saberes, poderes e subjetividades) devem ser trabalhadas de forma entremeada. Foucault não é um leitor serviçal em relação àqueles que vieram antes dele, mesmo porque seus métodos não permitem que ele o seja. Ao fazer pesquisa, Foucault não só desloca os marcos, mas se desloca.

A ideia de estudar suas obras nas reuniões do GESP é fundamentalmente baseada na importância dos seus métodos, da sua "caixa de ferramentas", e o fato de que essas análises e formas de ver e compreender os objetos podem e devem ser utilizadas em novas pesquisas. Foucault mesmo afirma:

É normal, nessas condições, que qualquer pessoa que ainda tem da história, de seus métodos, de suas exigências e de suas possibilidades, essa idéia de agora em diante um pouco enfraquecida, não possa conceber que se abandone uma disciplina como a história das idéias; ao contrário, considera que qualquer outra forma de análises dos discursos é uma traição à própria história. (...) O fato de que alguns não reconheçam nessa tentativa a história de sua infância, que a lamentem e que invoquem, numa época que não é mais feita para ela, a grande sombra de outrora, prova certamente o extremo de sua fidelidade. Mal tal zelo conservador torna-me mais firme em meu propósito e me dá certeza do que quis fazer (Foucault, 2008, p. 156).

Essa é a intenção ao trabalhar os métodos de análise de Foucault entre os/as integrantes do grupo: torná-los/as mais firmes em seu propósito e dar a certeza do que querem fazer. Não

apenas citar o método, descrevê-lo ou explicá-lo, mas aplicá-lo, de fato, em suas futuras pesquisas e contribuições.

Como afirmado pelo próprio pensador, não é tarefa fácil definir uma disciplina como a história das ideias. Métodos são emprestados sem rigor, sem rigidez, os objetos em si são incertos e não há fronteiras bem delimitadas. O que se pode afirmar é que se trata de uma história das margens e dos elementos secundários.

Ao descrever a análise arqueológica na obra “Arqueologia do Saber”, Foucault faz uma descrição de conhecimentos imperfeitos e sujeitados que não constituíram a forma de uma cientificidade. Ainda, a arqueologia não se resume a isso. A história das ideias, como ele mesmo cita, também “se atribui a tarefa de penetrar as disciplinas existentes, tratá-las e reinterpretá-las”. Ela descreve “sem cessar - e em todas as direções em que se efetua - a passagem da não-filosofia à filosofia, da não-cientificidade à ciência, da não-literatura à própria obra” (Foucault, 2008, p. 156). É, em suma, a recusa da história das ideias em seus termos de rigidez de postulados e mecanismos, como uma tentativa de reescrever a história de uma maneira completamente diversa, alternativa àquela dita pelos homens até então.

Em sua obra, Foucault (2008) destaca 4 pontos principais no que diz respeito à análise arqueológica: 1) Não é uma disciplina interpretativa, não trata o discurso como documento, mas busca perpassar o discurso e entendê-lo como prática obediente às regras; 2) É uma análise diferencial das modalidades de discurso, não busca os elementos que precedem, envolvem, ou decorrem dos discursos, mas procura mostrar em que sentido o jogo das regras utilizado o especificam, e são irreduzíveis a qualquer outro; 3) Não busca a compreensão da obra como figura privilegiada, como recorte, mas a definição das práticas e regras discursivas que as atravessam, comandando-as inteiramente ou apenas em parte; 4) É uma reescrita, uma transformação regulada daquilo que já foi escrito: a descrição sistematizada de um discurso-objeto.

Já no segundo domínio, no que diz respeito à genealogia, Foucault não abandona o método de análise arqueológica para dar início ao método genealógico; trata-se de uma espécie de “incorporação” de uma na outra. Não que a segunda seja maior que a primeira, pois não é possível fazer um exercício de territorialidade no método de Foucault; não é uma substituição e nem possui uma linearidade, são ferramentas que se englobam, se entremeiam, se articulam, e não se substituem.

Foucault faz uma breve descrição, afirmando que “A genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos” (Foucault, 1985d, p. 15).

Trata-se de buscar compreender as condições que permitiram a emergência e a perpetuação de certas práticas discursivas. As formações discursivas nada mais são do que construções históricas que surgem através de características e necessidades existentes e se colocam como dispositivos de poder.

Foucault caminha ao longo de suas obras, constantemente e regularmente, afirmando uma relação determinante entre realidade e signo. O discurso existe no campo da realidade, pois é justamente nos enunciados que as realidades se manifestam. A sociedade é constituída através das práticas discursivas que a permeiam, através de uma sistemática produção, organizada e distribuída.

Assim, a genealogia é uma forma minuciosa de analisar o saber através de uma diversidade de materiais, fazendo ressurgir “pequenas verdades inaparentes estabelecidas por um método severo” (Foucault, 1985d, p. 15).

Ao decorrer sobre a crítica que fez ao longo dos seus trabalhos, afirma que a “prolífica criticabilidade das coisas, das instituições, das práticas, dos discursos” emerge através dos solos mais próximos, familiares, “sólidos” e cotidianos. Isso significa recusar as teorias soberanas e totalitárias – não porque não tenham fornecido mecanismos úteis – de forma com que “a unidade teórica do discurso fique como que suspensa, em todo caso recortada, cindida, picada, remexida, deslocada, caricaturada, representada, teatralizada etc.” (Foucault, 2005, p. 10).

A genealogia se configura, assim, em um pensar questionador, estabelecido no estranhamento, na desnaturalização, em um movimento constante de recusa dos postulados e das evidências. A análise genealógica, o “enxergar” genealógico, é uma tarefa de continuamente exercer problematizações, aberturas, recusando um fio linear traçado por um ponto de origem e de evolução. A história não possui uma finalidade e nem uma origem, os acontecimentos emergem de acordo com os jogos de poder e de forças de um determinado contexto histórico.

Para além de uma gênese linear, existem os saberes sujeitados. Como afirma Foucault (2005), são “conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais” e que permitem o olhar para as lutas, entraves e tensões cujos conjuntos sistemáticos justamente buscavam encobrir. A crítica permite a “reviravolta” desses saberes, a “insurreição dos saberes”.

Além das disputas e tensões, “saberes sujeitados” também constituem blocos históricos de saberes que não adquiriram a posição de cientificidade, desqualificados como saberes. A estes, Foucault (2005) denomina “o saber das pessoas”, não como um senso comum e

homogêneo, mas justamente o contrário: “um saber particular, um saber local, regional, um saber diferencial”.

Assim, o entrave maior pelo qual a genealogia se coloca na linha de frente é o de dissolução das teorias totalizantes e tiranas dos discursos globais, com hierarquias e privilégios dos saberes do campo científico (Foucault, 2005). É pela intersecção da memória dos combates e dos “saberes das pessoas” que se compõe a genealogia, ou, como o próprio autor diz, “as genealogias”. O autor afirma que “as genealogias são, muito exatamente, anticiências”, não como a recusa ao saber, mas como uma insurreição dos saberes outros, assim, “exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar o combate” (Foucault, 2005, p. 14).

É possível ver uma raiz tripla das problematizações perpassando todas as obras, e envolvendo as diferentes ferramentas de análise provocadas por Foucault. O último eixo, portanto, envolvido pela teoria de problematização do sujeito não desloca a genealogia e a arqueologia, não as diminui, apenas se articula a elas, compondo uma técnica de investigação. O sujeito é, enfim, constituído pelos efeitos das formações discursivas que, por sua vez, são constituídas em meio a um jogo de forças dinâmico, entremeado nas relações do corpo social.

A discussão do método se torna fundamental na medida em que é possível compreender que as elaborações de Foucault, tanto genealógicas quanto arqueológicas, sugerem um dinamismo e um movimento constantes; são ferramentas, prontas para serem utilizadas, para continuarem se autotransformando e transformando a história a partir de uma nova escrita. Como ele afirma:

Este livro não tem função demonstrativa. Ele está aí como prelúdio, para explorar o teclado e esquematizar um pouco os temas e ver como as pessoas vão reagir, onde estarão as críticas, onde estarão as incompreensões, onde estarão as cóleras (...) Parece-me que há possibilidade de fazer trabalhar a ficção na verdade, de induzir efeitos de verdade com um discurso de ficção, e provocar, de algum modo, que o discurso de verdade suscite, fabrique alguma coisa que ainda não existe, que, então, “ficcione”. “Ficcione-se” história a partir de uma realidade política que a torna verdadeira; “ficcione-se” uma política que não existe ainda a partir de uma verdade histórica (Foucault, 1977, p. 43).

É a partir dos seus escritos que são esperadas, pelo próprio autor, reações, ações, críticas, incompreensões. A ideia de discutir a importância dos métodos foucaultianos é, justamente, a possibilidade de não somente escrever sobre a genealogia, mas fazer genealogia; não somente ler sobre a arqueologia, mas exercê-la.

4.3 O GESP em 2024

Para o primeiro semestre de 2024, foram selecionadas leituras das aulas do curso “A Sociedade Punitiva”, ministrado no ano de 1973.

Na nota introdutória do livro “A Sociedade Punitiva”, escrita por François Ewald e Alessandro Fontana, estão algumas informações sobre o curso. Foucault lecionou no instituto *Collège de France* a cadeira “História dos sistemas de pensamento” entre os anos 1970 e 1984 – ano em que falece. Os cursos ministrados na instituição deveriam ter 26 horas/aula por ano, quando era exposta uma pesquisa original, garantindo que o conteúdo do ensino estivesse sempre atualizado. Os cursos não possuíam entrega de certificados, o que fazia com que a plateia estivesse composta de ouvintes, e não alunos (Foucault, 2021).

A proposta do GESP para o ano de 2024 é a de trabalhar uma aula do curso por encontro – a cada 15 dias. Em alguns dos encontros, também fica separado o espaço para a discussão de textos dos/as próprios/as integrantes do grupo, a fim de contribuir de forma coletiva com críticas, elogios e comentários.

Uma novidade do grupo neste semestre foi a designação da apresentação das leituras para os/as participantes do grupo que se interessassem. Antes, o texto era apresentado pelo coordenador geral, Silvio de Azevedo Soares, e apenas comentado pelos/as participantes. Neste ano, a cada encontro, um/a diferente integrante se responsabilizava pela introdução.

O primeiro encontro foi realizado no dia 7 de março de 2024, com a discussão da “Aula 3 de janeiro de 1973”. Esta aula, sendo a primeira do curso, fica responsável pela apresentação do objeto do curso, que são, justamente, as formas de punição das sociedades. Trata-se de uma classificação destas a partir de suas práticas de punição. Os pontos principais são: a discussão sobre a classificação das sociedades a partir das práticas punitivas; as principais táticas punitivas, que são a exclusão, a compensação, a marcação e o encarceramento; as críticas às noções de exclusão e de transgressão (Foucault, 2021).

Ao abordar as táticas penais, ele pensa como elas se dão nas sociedades, e conclui que elas costumam adotar quatro tipos de táticas penais: 1) a exclusão, sendo a remoção física do infrator (exílio e banimento): os criminosos/inimigos da sociedade; 2) imposição de compensações: obrigações destinadas aos infratores a fim de reparar danos causados à sociedade; 3) marcação física e/ou simbólica (antecedentes criminais) nos/as criminosos/as; 4) encarceramento: reclusão física em instituição penal.

As táticas penais exercem determinados papéis, que não são estáticos, mas variáveis de acordo com os diferentes contextos. Por mais que elas possam parecer estatutárias – positivadas e predeterminadas –, elas não desempenham os mesmos papéis e as mesmas economias. A tática de exclusão, por exemplo, pode envolver a confiscação de bens. A tática do ressarcimento

envolve a multa como forma de compensação. Por mais que elas tenham um caráter que possa parecer constante, na verdade, elas têm uma interação entre si, variando seu “cálculo de poder”.

Foucault, ao longo da aula, enfatiza uma análise crítica as noções de exclusão e transgressão, afirmando que as práticas punitivas não se resumem a uma ou outra forma.

No segundo encontro, realizado no dia 21 de março de 2024, foi debatida a “Aula de 17 de janeiro de 1973”. Nela, Foucault aborda o aparecimento do criminoso como inimigo social e a identificação histórica das primeiras manifestações.

Apesar de o curso se tratar do século XIX, a perspectiva de Foucault permanece sendo a de uma genealogia do presente. Como um primeiro ponto, o discurso de Le Trosne mencionado por Foucault, “Dissertação sobre os vagabundos e os mendigos”, de 1764, permite uma nova leitura do vagabundo como figura social.

Nesse exercício de método, é interessante encontrar a emergência, a irrupção da nova leitura a respeito do vagabundo. Le Trosne é um autor do século XVIII, mas ainda é um discurso contemporâneo. Algumas de suas proposições colocadas como recurso legal contra a vagabundagem ainda são encontradas atualmente. Seja na literatura ou na própria dissertação de Le Trosne, é um discurso, que, para Foucault, é constitutivo da realidade, compondo elementos de políticas públicas e de grades de percepção do mundo. Nesse sentido, não são incorporados pelos/as sujeitos/as como ideologia, mas como uma nova conformação corporal discursiva, onde formas de ser e de estar estão sendo construídas nas relações de poderes.

Nesta aula, portanto, é possível ver o método genealógico em ação, fazendo o exercício de: a partir do presente, como, por que e quando o delinquente foi entendido como inimigo da sociedade? Não é um inimigo privado, mas social.

O “vagabundo” é um criminoso não pelos seus furtos esporádicos, mas por se recusar a produzir. A associação realizada por Le Trosne é a da não-produção. Quando Foucault traz a comparação literária ao fim da aula, é possível perceber algo já demonstrado em “História da Loucura”: o “vagabundo”, assim como o “louco”, era entendido como algo muito mais complexo no Antigo Regime, onde ainda não existia um maniqueísmo entre o bem e o mal, havia uma certa amplitude do ser. Esse maniqueísmo, portanto, nasce com a modernidade e o desenvolvimento do sistema capitalista. Não só a invenção do “vagabundo” como criminoso é testemunhada nesse momento, mas a invenção da moral também.

Foucault busca demonstrar a virulência dos fisiocratas, que apesar de proporem a liberdade de comércio, de tarifa e de circulação de mercadorias, falam, ainda em 1764, que o “vagabundo” é o inimigo interno, e, por isso, não tem direito à livre circulação e à recusa do

trabalho. Nesse momento, propõem medidas de contenção da “vagabundagem” através de uma virulência brutal.

Ao fazer essa genealogia, Foucault encontra em Le Trosne a maneira interessante de entender que as Coisas podem circular livremente, mas as Pessoas não. E, especialmente, alguns determinados tipos de pessoa, que, segundo eles, não fazem parte do pacto social pois renunciaram a ele e vivem em uma condição de luta de todos contra todos: o estado de natureza. O “vagabundo”, assim, é entendido como inimigo da sociedade porque viola o princípio básico da produção econômica.

No discurso de Le Trosne, a ideia de armar os camponeses era uma estratégia política para que eles se posicionassem contra os “vagabundos” e a favor do Estado. Uma guerra civil dos camponeses não devia ser travada contra a burguesia ascendente, mas contra os “vagabundos”, da mesma classe social. Uma guerra interna, onde se dissolvem quaisquer tipos de solidariedade de classe ou de condição social.

Em Foucault, deve-se evitar o uso da palavra lógica. Não são lógicas, mas batalhas, disputas, relações de força e de poder entre desiguais. A relação de poder, inclusive, cria diferença entre os iguais. As estratégias e táticas funcionam em determinado período e são desativadas em outros. Ao abordar a questão da historicidade, não se resume aos marcos históricos e tendências, aparecem, também, as alianças e disputas.

Os fisiocratas, em 1764, bem antes da Revolução Francesa, se associam aos camponeses, apoiados pelo Estado monárquico, para que eles sejam a ponta de lança na disputa contra os “vagabundos”. Estes, por sua vez, representam problemas econômicos, e não jurídicos; por isso, soluções que parecem absurdas do ponto de vista jurídico. Os fisiocratas propõem uma nova gestão econômica da população francesa, buscando aliança contra a nobreza, posicionando camponeses contra movimentos libertários, de resistência.

Foucault finaliza a aula trazendo uma importância e seriedade para a arte e para a literatura. A escritora citada por Foucault (2021), Ann Radcliffe, foi precursora dos romances góticos no final do século XVIII, e aborda, também, a narrativa do personagem chamado Gil Blas, que representa a delinquência generalizada em todos os estratos sociais, trazendo a ideia de que todos/as têm algum comportamento que pode ser moralmente condenado. Na escada social, todos cometem crimes, porque o crime é generalizado na sociedade, segundo o texto literário de Gil Blas.

Na terceira reunião do GESP, realizada no dia 4 de abril de 2024, foi abordada a “Aula de 24 de janeiro de 1973” do curso. Nesta aula, Foucault (2021) aborda demais elementos presentes na emergência do criminoso como inimigo social, trazendo o debate sobre a pena de

morte de 1791. Nesse sentido, analisa a relação entre os efeitos teóricos e políticos de um discurso e as táticas punitivas presentes nessa época. Na Inglaterra, ocorre a implementação do sistema penitenciário entre 1790 e 1800; na França, ocorre entre 1791 e 1820. Foucault analisa a brecha entre penal e penitenciário: teoria e práticas são diferentes. Aborda uma análise da ‘forma-prisão’ e da ‘forma-salário’, consideradas por ele historicamente gêmeas. Encerra a aula falando sobre o poder que se exerce sobre o tempo de vida das pessoas.

Esta aula dá continuidade à discussão anterior sobre a emergência do criminoso como inimigo social. Foucault faz, novamente, o exercício que podemos denominar de ‘genealogia do presente’, se afirmarmos que a sociedade ainda vive em uma realidade na qual a prisão é um dos principais mecanismos penais existentes.

Ao mesmo tempo em que o discurso penal trata o criminoso como inimigo social, emerge uma tática punitiva da prisão como pena. Foucault problematiza os dois fenômenos, afirmando que a prisão enquanto pena e o criminoso enquanto inimigo social são distintos; não se trata de causa e consequência. Ainda assim, são contemporâneos e se entrecruzam, apesar de existir uma fissura entre eles.

Essas aulas do curso “A Sociedade Punitiva” possuem um caráter de laboratório no pensamento de Foucault, onde ele testa elementos que depois serão publicados em seus livros. Foucault (2021) faz uma análise minuciosa sobre os documentos e os textos, afirmando que os modelos de punição decorrentes da concepção de criminoso enquanto inimigo social são a pena da infâmia, de talião e do trabalho forçado, mas não a prisão. São pistas de que o regime disciplinar do trabalho, no contexto da Revolução Industrial, tem paralelismos, vínculos e conexões com o regime punitivo dos delitos.

Foucault (2021) realiza um trabalho de desconstrução da maneira como tradicionalmente os problemas são analisados. Ao abordar os debates da reforma penal na França, no contexto da Revolução Francesa, Foucault (2021) afirma que as enunciações advindas do direito, tanto na França quanto na Inglaterra, não coadunam com aquelas advindas do sistema penitenciário. Esse é o primeiro postulado para compreender a centralidade da prisão como forma de punição principal do capitalismo na sociedade moderna.

As propostas sugeridas por Beccaria, na França, são: infâmia, talião, escravidão, trabalho perpétuo ou provisório, mas não a reclusão como pena. Essa reforma marca a passagem do Antigo Regime para o Novo Regime, expressando os ideais do Iluminismo, e a pena de prisão não faz parte do repertório punitivo sugerido. No regime democrático, não há império da lei, mas do penitenciário: a pena de prisão é a pena absoluta e sua justificativa não está presente na reforma penal.

Foucault (2021) compara a forma-prisão com a forma-salário a partir da questão do tempo. A prisão como pena faz com que o/a sujeito/a perca seu tempo de vida para corrigir a infração. É perceptível a relação entre o *modus operandi* do capitalismo penetrando as relações sociais.

Pensando em diagramas de análise do poder, Foucault afirma que o discurso judiciário e as leis estão sendo capturados: o diagrama de poder da soberania do Antigo Regime, que tinha o suplício como modelo de pena, está em decadência, enquanto emerge uma nova configuração social de poder disciplinar que tem a prisão como seu modelo exemplar.

A pena de prisão coloniza as demais formas de punição legais e jurídicas. Até o código de 1810, instaura-se todo um sistema de encarceramento, que é o penitenciário colonizando o judiciário. A partir de 1971, aparecem réus à espera da sentença no que hoje seriam chamadas as “casas de detenção”. A pessoa presa em flagrante, mesmo sem sentença, permanece detida.

Nas elaborações teórico-metodológicas de Foucault, não há um alinhamento à ideia de que exista uma relação de causalidade ou de necessidade em fenômenos distintos, tanto do ponto de vista histórico quanto sistêmico.

Quando as penas de prisão começam a emergir como forma de punição por excelência, isso não significa que as demais formas de punição deixam de existir. Elas serão utilizadas como mecanismo de controle no interior da prisão, sendo esta a forma legal de punição do crime. As práticas não desaparecem, mas continuam sendo utilizadas: tortura, retribuição, ameaça, trabalho forçado. Todos esses mecanismos serão utilizados no sistema prisional, que virá a ser a forma mais pura de punição, pois acolhe todas as demais táticas punitivas.

O sistema prisional não se submete ao controle legal e ao controle judicial, porque ele se dá em outro espaço, com outra finalidade, a partir de funções que mudam ao longo do tempo e são utilizadas ao arrepio da lei. Os juristas afirmam que a lei define o crime, a pena e a forma como a pena deve ser executada em sociedade; Foucault vai na direção contrária.

No encontro seguinte, continuando a dinâmica de trabalhar as aulas do curso “A Sociedade Punitiva”, as apresentações dão continuidade com a “Aula de 31 de janeiro de 1973”. Foucault (2021) introduz a aula com a discussão da ‘forma-salário’ e da ‘forma-prisão’; ele analisa a captura de poder sobre o tempo, que é uma condição de possibilidade do sistema capitalista e da reclusão. A primeira menção à “penitenciária” se dá na prisão de Filadélfia e de *Walnut Street*, em meio à comunidade religiosa dos *quakers*. As consequências desse modelo podem ser observadas a partir da introdução da moral cristã na justiça criminal, no conhecimento do prisioneiro – emergência de um novo saber – e da prisão investida pela religião. Ocorre, assim, uma recristianização contínua e crescente do crime.

Há uma grande importância na menção à prisão de Filadélfia, localizada na Pensilvânia, que, justamente, leva esse nome em homenagem a um *quaker*. Foucault faz um exercício de desnaturalização: a pena se tornou penitência, daí o termo “penitenciária”.

Nesse momento, Foucault (2021) mergulha na genealogia. A prisão não deriva, portanto, das teorias penais dos reformadores daquele período, mas a partir de uma afiliação genealógica daquilo que os reformadores *quakers* estão propondo, que é a ideia de reclusão, prisão e detenção não mais como punição *strictu sensu*.

Nesse sentido, não há uma derivação da teoria penal, não há uma gênese linear, mas sim uma transformação instrumental política e religiosa em função dos dissidentes religiosos britânicos. A maneira tradicional de enxergar a história leva ao pensamento de que a realidade emerge a partir da teoria, das postulações teóricas e do plano do discurso. Nessa aula, Foucault (2021) nos pergunta: não seria ao contrário? Aponta, aí, uma sociologia do conhecimento: as instituições, as práticas e os conhecimentos estão atrelados historicamente.

Nessa aula, é possível observar um papel de mudança estratégica importante: há uma passagem – não um abandono – da arqueologia para o que podemos chamar de “arqueogenealogia”. Em outras palavras, há uma ampliação do método. Não se trata, portanto, de fazer uma análise do discurso, pois a prisão não deriva da clausura monástica, das teorias penais elaboradas. Trata-se de questionar quais foram as relações de poder que possibilitaram a emergência histórica de um fenômeno como a prisão.

Na realidade, é possível delinear três níveis arqueológicos: 1) o que é a punição; 2) qual é o sentido mais específico da punição denominada reclusão e 3) qual é o sentido mais específico da punição denominada penitência. Há uma luta de poder entre os dissidentes e o *status quo* britânico, e não é apenas uma luta religiosa, mas também política; a primeira, na realidade, nasce dentro do contexto da segunda. Além disso, há uma luta moral também: a ideia do luto católico, do monasticismo como uma forma de penitência extra mundo e uma forma de reconciliação com a vontade divina e com o bem verdadeiro em contraste com a ideia de um mecanismo de punição celular que já não carrega a conotação católica, porque não se volta para este mundo, mas para outro.

Ao olhar para a perspectiva das teorias penais, é possível denotar que a punição é proporcional ao crime: restituir o valor que foi roubado, sofrer uma punição física dada pelo trabalho ou pelo estigma. Ainda: a punição se encerra no próprio ato punitivo, que carrega a ideia da reparação. Não existe vingança moral contra o criminoso, pois ele já é um inimigo vencido e derrotado.

Nessa nova dimensão política da punição, trava-se uma batalha pela alma e pelo espírito do criminoso. A punição não se encerra no ato punitivo de retirar o sujeito do mundo, ela permanece. É uma relação de poder no sentido do ‘penitenciário’, com um suporte político e jurídico que o sustenta, sobre o corpo físico do indivíduo. Não é apenas reclusão e isolamento, é um conjunto de práticas e de saberes que produzem formas de conhecimento e de atuação visando transformar o mal em bem, a fim de indicar o caminho da luz ao invés do caminho da terra. É a prisão no sentido moderno do termo, como reforma moral do indivíduo que está preso.

A forma-prisão, dessa maneira, captura, evidencia e torna inteligível a categoria do tempo, que se torna, por excelência, a matéria do penitenciário. Pela primeira vez na história, o que se coloca em questão é o regime que o sujeito vai ser submetido enquanto estiver preso. O indivíduo se torna um projeto de laboratório humano, um registro de constituição de saberes, e o que se coloca em jogo é o tempo em que ele permanece disponível para a instituição e de que maneira esta pode agir para usar esse tempo como uma reforma moral.

A instituição penitenciária – onde a pena se torna penitência – tem o tempo como um dos elementos que opera transformações em corpos e em almas, e vai ser a matriz das instituições disciplinares que se constituem no século XIX.

Nota-se, aqui, não só uma análise da prisão e da violência, mas da emergência de toda uma sociedade baseada no princípio de que o sujeito que comete crimes e infrações tem que ser punido por uma biopolítica dos corpos envolvidos. É a emergência, então, de uma sociedade baseada essencialmente em mecanismos punitivos. Inicia-se na prisão, mas se estende para todas as outras instituições (escola, família). São utilizados os mesmos mecanismos disciplinares contra todos os criminosos sociais que emergem nesse contexto.

A ideia nova nas sociedades europeias no contexto do Iluminismo é a de que as pessoas podem ser transformadas, corrigidas e aprimoradas para atingir determinados fins em função de cada uma das situações que as pessoas estão vivendo. O problema do conhecimento do criminoso passa a ser central: nasce a ideia de que todos possuem um passado, e, portanto, uma história, que agora deve estar disponível para permitir a intervenção, a transformação e o controle do indivíduo criminoso. As violências, os depoimentos, as defesas, as cartas e os recortes de jornal ficam contidos nos arquivos judiciais.

Foucault (2021) faz um brilhante desdobramento de desnaturalização da prisão enquanto pena, um estranhamento do termo penitenciário. Isso evidencia que a genealogia não é apenas um método de investigação, mas possui caráter histórico e documental. Todas as obras de Foucault são reconstruções históricas meticulosas, baseadas em pesquisas documentais, leituras secundárias.

No encontro seguinte, realizado no dia 9 de maio de 2024, a discussão se deu com base na “Aula de 7 de fevereiro de 1973”. Nesta aula, Foucault (2021) continua abordando a questão da ‘penitenciária’ e a dimensão de todos os controles sociais contemporâneos. Ele adentra a generalização e as condições de aceitabilidade da forma-prisão na Inglaterra, a partir de grupos espontâneos que garantem a ordem: 1) *quakers* e metodistas; 2) sociedades para a eliminação do vício; 3) grupos de autodefesa e 4) polícias particulares.

Foucault (2021) inicia sua análise na Inglaterra, e, nesta aula, se limita a ela, analisando como se processa o cruzamento entre as teorias penais e o penitenciário, ou seja, a generalização da ‘forma-prisão’, não apenas como sequestro de indivíduos, mas como forma de transformação moral das almas dos sujeitos. O modelo britânico é o da *common law*, e, apesar de diferente da França, possui resultados semelhantes.

É interessante pontuar como Foucault (2021) analisa a emergência da modernidade industrial por meio de uma análise muito específica e muito característica, que se resume em pensar como a emergência da sociedade industrial possibilitou que os operários estivessem em contato direto com a riqueza produzida, e, assim, aumentou os riscos da dissipação das riquezas por conta dessa mesma proximidade.

Ao pensar a questão penitenciária fora do enquadramento do direito e aceitar a prisão como uma evidência histórica, Foucault (2021) faz a genealogia justamente para desconstruir tal evidência: a prisão não nasce pelo projeto dos reformadores, mas lateralmente a eles, e, ainda assim, foi capaz de colonizá-los. Foucault (2021), aqui, está reagindo à história social do crime, da criminalidade e da polícia, são questões políticas, de relações de poder, de escolhas estratégicas e de projetos de dominação e de colonização.

Nessa construção dos corpos enquanto força de trabalho – corpos dóceis economicamente úteis – Foucault utiliza-se de uma análise ascendente do poder. Não se deve olhar exclusivamente para o Estado, mas para os grupos, para as práticas de poder, para as relações sociais entre grupos na capilaridade do cotidiano. Nessas aulas, Foucault (2021) realiza o exercício de documentar como, na Inglaterra, as relações de poder que não estavam inicialmente presentes no Estado, iniciaram-se com os *quakers* e metodistas, depois passaram para os grupos de defesa paramilitares, e, com eles, tornaram-se práticas estatizadas.

Foucault evidencia que, genealogicamente, as dimensões são independentes e, em algum momento, coincidem. De um lado, a governamentalidade disseminada na sociedade; de outro, o Estado se torna governamentalizado. Assim, quando Foucault (2021) afirma que ocorre a moralização do sistema penal, ele ressalta o hábito de associação entre prisão e moral, como se caminhassem juntos desde a sua origem, quando, na realidade, essa associação é uma

invenção da modernidade iniciada pelos *quakers* e aproveitada, posteriormente, por outras sociedades.

Além disso, a prisão também testemunha, se apropria (da) e estimula a generalização de uma nova forma de produção de conhecimento, que é a de vigilância e de controle. Dentro do sistema prisional, não é só a punição (dimensão negativa), mas também a vigilância (dimensão positiva). O exame é uma das formas de conhecimento e de saber que emergem e se consolidam nas ditas instituições disciplinares.

Dando continuidade à discussão, na reunião do dia 23 de maio de 2024, dá-se início à leitura da “Aula 14 de fevereiro de 1973”. Foucault (2021) continua analisando a questão das condições de aceitabilidade da forma-prisão na Inglaterra, mas, ainda nesta aula, adentra a questão da França também. Menciona o aparecimento de novas técnicas de captação e de reclusão, bem como de um novo aparato policial.

Foucault separa a Inglaterra da França porque a tradição da historiografia e da sociologia aponta para dois modelos diferentes. A França tem o modelo baseado no poder centralizado do rei e na existência de um aparato burocrático que representa os interesses dos reis nas localidades, baseados em legislações colocadas como uniformes no Estado nacional. A Inglaterra possui um modelo no qual o juiz dá a sua interpretação para cada um dos casos, é ele quem faz a lei. Na França, portanto, o juiz segue uma lei previamente estabelecida, enquanto na Inglaterra, ele se baseia no consenso.

Na Inglaterra, faz sentido pensar no controle social por consenso a partir de associações de transformações morais, o que dá a chave para compreender o porquê, no século XIX, a penitenciária já está finalizada e a contenção do corpo é a única forma onde se exerce a lei, com o intuito da reforma moral dos indivíduos.

Na França, as religiões dissidentes não desempenhavam o mesmo papel que possuíam na Inglaterra, o que impossibilita uma mesma explicação. É aí que entram as ordens reais: se na Inglaterra, a questão é a estatização dos controles morais, na França, é um acoplamento entre a articulação local e a estatal para permitir que o controle do Estado seja tolerado.

Nessa época, existiam rebeliões, revoltas e resistências, inclusive na forma do crime e do não exercício do trabalho como forma de resistência. A questão da tolerância, nesse sentido, é fundamental: não há regime político que não se baseie em alguma forma de tolerância no cotidiano.

Ainda que Foucault esteja tentando fazer uma marcação dentro do campo historiográfico francês, ele permanece coerente em termos de método quando analisa a constituição da

penitenciária nos Estados Unidos e na Inglaterra. As ordens régias francesas não eram impostas sobre os indivíduos, inicialmente, mas solicitada por eles.

Foucault (2021) ainda fala sobre as marcações. É uma forma a partir da qual os indivíduos entram no regime do saber e do poder, no registro da existência real, porque, fora disso, não existem, não estão registrados e não são objetos de saber nem de poder. Não são signos, nem sintomas, nem características psicológicas: são marcas.

A marca, assim, é política: uma reconstrução e uma reconfiguração de como as pessoas percebem e são percebidas. Depois da disseminação do penitenciário, os/as sujeitos/as aparecem como sujeitos/as de conhecimento e os objetos como uma relação de poder. A marca é exterior, mas se interioriza. Não é preexistente, é uma construção da relação saber-poder-sujeito.

Esses escritos, essas poucas frases lançadas, instruíram esses/as sujeitos/as em vida, condenados ao calabouço ou à morte. Por outro lado, esses mesmos rastros escritos permitiram com que eles sobrevivessem. As marcas de poderes e de registros vão ser marcas da relação histórica de um tipo de prática de poder. Esses procedimentos e controles de poder-saber atravessam os corpos, se materializam através das marcas que permanecem nas subjetividades e nos corpos.

Usa-se o corpo para atingir a alma. Na Inglaterra, a penitenciária tem a mudança do comportamento, do reconhecimento da culpa; na França, as casas de força e instituições religiosas visam a contenção a fim de que essas pessoas possam circular novamente em sociedade. A marca não é corporal, é política, e visa a alma, a atitude e a moral do indivíduo. Por vezes, torna-se necessário marcar o corpo para obter esse resultado, e toda relação de poder ainda é uma relação de marcação. A marca física é, assim, resignificada.

Há, aí, a constituição de dois campos do saber: o da vigilância permanente, e, a partir dela, as estatísticas geradas; e, ao mesmo tempo, o saber individual clínico da transformação. São duas dimensões do biopoder.

No último encontro do primeiro semestre, realizado no dia 20 de junho de 2024, o grupo interrompeu as leituras do curso “A Sociedade Punitiva” e mergulhou em um texto autoral do coordenador do grupo, Silvio de Azevedo Soares, chamado “Por uma sociologia foucaultiana? Primeiros apontamentos sobre as contribuições teórico- metodológicas da genealogia de Michel Foucault à sociologia”. O objetivo do texto é analisar as aproximações e os distanciamentos entre as elaborações teóricas de Michel Foucault e dos três clássicos da Sociologia: Weber, Durkheim e Marx.

O encontro foi extremamente produtivo, na medida em que todos/as contribuíram com elogios, comentários e críticas a fim de ajudar na construção do texto. Este, por sua vez, era extremamente didático, e foi muito solicitado como um “mapa da mina” para compreender melhor as metodologias foucaultianas.

Para o retorno do segundo semestre, o grupo continuará fazendo leituras das aulas do curso “A Sociedade Punitiva”, com um ou dois encontros reservados às leituras de escritos dos/as próprios/as integrantes do grupo.

Na discussão dos encontros do GESP de 2024, é possível denotar a importância dos métodos analíticos de Foucault para a compreensão dos fenômenos analisados por ele. De uma maneira didática e imersiva, os/as participantes fornecem e recebem contribuições a fim de compreender a “caixa de ferramentas” utilizada e proposta por Foucault, e, assim, podem utilizá-las como bases referenciais e analíticas para as suas próprias pesquisas.

Em uma trajetória de 19 anos (2005-2024), o GESP realiza esse exercício constantemente, e fornece elementos importantes para a construção acadêmica e profissional de seus/suas integrantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma breve tentativa de narrar a história do GESP como grupo de estudos e projeto de extensão existente há 19 anos (2005/2024), é possível concluir que alguns elementos são essenciais para a contínua construção do grupo e do seu papel na vida dos/as seus/suas integrantes.

Em primeiro lugar, a importância institucional do papel do GESP em sua contribuição como grupo de estudos e projeto de extensão, visando fomentar a produção de pesquisas científicas dentro da Universidade Estadual Paulista – campus de Marília, mas não se restringindo a ela, permitindo com que estudantes de diversas instituições continuem contribuindo para a construção desse projeto.

Em segundo lugar, a importância do GESP não somente na trajetória acadêmica, mas também profissional e pessoal de seus membros, como mencionado nos depoimentos fornecidos pelos/as integrantes do grupo. A partir dos elementos fornecidos, foi possível compreender que o GESP se coloca como um grupo contracorrente, e, dessa forma, abre possibilidades nas trajetórias acadêmicas dos/as seus/suas integrantes. Permite, também, que o interesse nas obras de Michel Foucault, sempre capazes de fornecer novas ferramentas para a compreensão de fenômenos da sociedade, esteja sempre renovado.

Em terceiro lugar, a importância de realizar um exercício de compreensão e discussão a respeito das obras de Foucault, que denotam uma importância teórico-metodológica através das ferramentas utilizadas e fornecidas por ele, com um olhar desnaturalizador e estranhado para os acontecimentos históricos e sociais. O olhar genealógico e arqueológico não deve se restringir aos fatos e fenômenos analisados em sua obra, mas deve servir de inspiração para que outros/as possam utilizar dessas ferramentas para continuar analisando o mundo e a sociedade em busca de novas problematizações.

Por fim, o GESP vai além da importância dos fenômenos analisados por Foucault, mas refere-se ao seu legado, ao princípio de libertar-se de uma vida de fascismo e de amor ao poder. O GESP permite que seus/suas integrantes continuem construindo os solos onde caminham através de olhares, maneiras de ver o mundo, métodos que permitam continuar problematizando a sociedade, os fenômenos e as condições que se colocam no presente.

REFERÊNCIAS

ANAIIS da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília: vol. 1 – 1959-1962. Marília: Tipog. Fonseca, 1969.

AZEVEDO, Fernando de. **A educação na encruzilhada: problemas e discussões**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

CARVALHO, Alexandre Filordi De. **História e subjetividade no pensamento de Michel Foucault**. São Paulo: USP, 2007.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **CNPQ**, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/institucional>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história” in **Microfísica do Poder**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1985d.

FOUCAULT, Michel. “O Olho do Poder” in **Microfísica do Poder**. 5ª.Edição. Rio de Janeiro: Graal, 1985b.

FOUCAULT, Michel. “Soberania e Disciplina” in **Microfísica do Poder**. 5ª.Edição. Rio de Janeiro, Graal. 1985a.

FOUCAULT, Michel. **As relações de poder passam para o interior dos corpos** (entrevista com L. Finas), *La Quinzaine Littéraire*, nº 247, jan. 1977, p. 35-43.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV. Estratégia poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**. Curso no Collège de France (1979-1980). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber (Vol. 1)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985c.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: O Uso dos Prazeres (Vol. 2)**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: O Cuidado de Si (vol. 3)**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**. São Paulo: MEDIAfashion: Folha de S. Paulo, 2021. v. 9.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. trad. S. T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GESP - Grupo de Estudos em Saberes, Subjetividades e Poderes (GESP). **OSP - Observatório de Segurança Pública**, 2024. Disponível em: <https://www.observatoriodeseguranca.org/gesp/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

RUIZ CASTILHO, Myrian Lucia. **Memória e História da Formação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (1957-1976)**. Marília: Unesp, 2009.

TANURI, Maria Leonor. **A Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília: origens**. In: CARRARA, Kester (org.) **Educação, Universidade e Pesquisa: Textos completos do III Simpósio em Filosofia e Ciência: Paradigmas do Conhecimento no Final do Milênio**. 1. ed. Marília: Unesp Marília Publicações, 2001.

TIOMNO TOLMASQUIM, Alfredo; BERTOL DOMINGUES, Heloisa Maria. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): mais um acervo para a história da ciência**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 5, fasc. 1, jun. 1998.